



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA – DEPSI

**LAYANA DE ARAÚJO MACHADO**

**LIMITES E AUTONOMIA NAS RELAÇÕES FAMILIARES:** uma perspectiva  
gestáltica.

**SÃO LUÍS**

**2017**

**LAYANA DE ARAÚJO MACHADO**

**LIMITES E AUTONOMIA NAS RELAÇÕES FAMILIARES: uma perspectiva  
gestáltica.**

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia da  
Universidade Federal do Maranhão para obtenção do  
grau de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ma Wanderlea Nazaré Bandeira  
Ferreira.

**SÃO LUÍS**

**2017**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Machado, Layana de Araújo.

Limites e autonomia nas relações familiares : uma perspectiva Gestáltica / Layana de Araújo Machado. - 2017.  
50 f.

Orientador(a): Wanderlea Nazaré Bandeira Ferreira.  
Monografia (Graduação) - Curso de Psicologia,  
Universidade Federal do Maranhão, Curso de Psicologia,  
2017.

1. Autonomia. 2. Desenvolvimento infantil. 3. Gestalt-Terapia. 4. Limites. 5. Relações familiares. I. Ferreira, Wanderlea Nazaré Bandeira. II. Título.

LAYANA DE ARAÚJO MACHADO

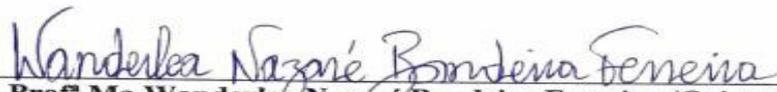
**LIMITES E AUTONOMIA NAS RELAÇÕES FAMILIARES:** uma perspectiva  
gestáltica.

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia da  
Universidade Federal do Maranhão para obtenção do  
grau de Bacharel em Psicologia, com formação em  
Psicólogo.

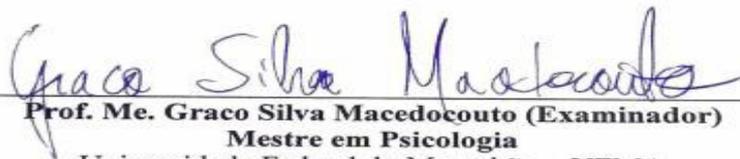
Nota média: 10,0 (Dez)

Aprovada em: 12/03/2017

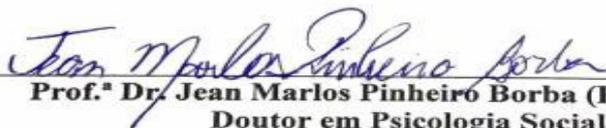
BANCA EXAMINADORA



**Prof.<sup>a</sup> Ma. Wanderlea Nazare Bandeira Ferreira (Orientadora)**  
**Mestra em Psicologia Clínica**  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA



**Prof. Me. Graco Silva Macedo (Examinador)**  
**Mestre em Psicologia**  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA



**Prof.<sup>a</sup> Dr. Jean Marlos Pinheiro Borba (Examinador)**  
**Doutor em Psicologia Social**  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

A todos os pais que um dia foram filhos, e a todos os filhos que um dia serão pais.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por iluminar meus caminhos e por toda graça em minha vida.

Agradeço a minha família, meu pai Airton, minha mãe Ana Cecília e meu irmão Lucas, por me apoiarem e incentivarem em todos os momentos, por de algum modo despertarem meu interesse para essa temática, e acima de tudo pelo imenso amor e dedicação que se fizeram presentes em toda a minha vida.

Agradeço a Vítor Azevêdo Vieira, meu amado companheiro, por ser a pessoa que me acompanha em todos os momentos, por estar sempre despertando o que há de melhor em mim e acima de tudo por todo o seu amor, carinho e cuidado.

Agradeço imensamente a minha orientadora Wanderlea Nazaré Ferreira Bandeira. Pessoa e profissional maravilhosa que desde que se tornou figura em minha vida contribui diariamente para o meu crescimento, sempre com muito afeto e dedicação e me mostrando que o conhecimento que buscamos não se desvincula da nossa história.

Agradeço a minha amiga Laís Caldas Ruas por ter me ajudado a crescer e acompanhado as minhas vitórias.

Agradeço a minha amiga e maior companheira nessa jornada acadêmica, Juliana Sousa Cutrim, por ter “vivido” a UFMA comigo e por todos os momentos difíceis e divertidos que passamos juntas.

Agradeço à minha turma de Psicologia 2012.2 por todos os momentos que dividimos, pela convivência diária e por todas as amizades que poderei levar para a vida. Em especial destaco as amigas Isabel Santana e Luana Brito pelo carinho e amizade que se construíram nesse percurso.

Agradeço a todos os professores do Departamento de Psicologia da UFMA, por contribuírem para o meu desenvolvimento acadêmico e pelas vivências compartilhadas que me permitiram fazer minhas escolhas profissionais ao final desta graduação. Destaco os professores Jean Marlos, Jadir Lessa, Lucas Sá, Nádia Pinheiro, Yldry Pessoa e Yram Miranda pelo carinho e laços afetivos criados.

Agradeço também as amigas Lidiane Collares pelas correções e incentivos neste trabalho e Kionara Botão pelo *abstract* e sugestões feitas.

Por fim, agradeço a todas as amizades formadas, a todas as vivências compartilhadas e a todos aqueles que de uma forma ou de outra fizeram parte desse percurso e puderam acompanhar e estimular o meu crescimento tanto pessoal como acadêmico.

Mas como abriremos os ouvidos e olhos do mundo? Considero o meu trabalho uma pequena contribuição para o problema, a qual poderia conter a possibilidade de sobrevivência da humanidade.

Frederick S. Perls

## RESUMO

A proposta primordial deste trabalho é analisar possíveis articulações relacionadas aos conceitos de limites e autonomia nas relações familiares, a partir de uma perspectiva gestáltica. Tal objetivo se configurou de modo específico através da investigação sobre as principais contribuições teóricas, pensadas pelos autores da Gestalt-terapia, relacionadas ao processo de desenvolvimento infantil e em relação aos demais conceitos desta abordagem psicológica como contato, fronteira de contato, campo, confirmação e frustração habilidosa e associá-los aos conceitos de limites e autonomia na dinâmica familiar. Nesse ensejo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de cunho fenomenológico em obras clássicas e contemporâneas da Gestalt-terapia e de autores que nos permitiram compreender esta temática de modo contextualizado. Após o levantamento bibliográfico acerca dessa temática, buscou-se realizar uma análise fenomenológica e uma discussão crítica sobre as articulações encontradas entre esses diversos conceitos, que tornaram perceptíveis a necessidade da presença dos limites nas relações familiares, tanto para o desenvolvimento infantil sadio como para a construção da identidade e da autonomia de pais e filhos envolvidos nessa dinâmica. Diante dessa conclusão, considerou-se também que essa pesquisa demonstrou sua relevância e alcançou seus objetivos científicos, assim como sua relevância social a partir do momento em que dissertou diretamente sobre como a presença dos limites e da autonomia, podem oferecer possibilidades de formação de indivíduos mais atentos as suas necessidades e que também consigam perceber e respeitar os limites do outro e de seu próprio contato com a realidade.

**Palavras-chave:** Relações familiares. Desenvolvimento infantil. Limites. Autonomia. Gestalt-terapia.

## **ABSTRACT**

The main purpose of this work is to analyze possible articulations related to the concepts of limits and autonomy in family relations, under the Gestalt perspective. This objective was set up in a specific way through research on the main theoretical contributions, thought by the authors of Gestalt therapy, related to the process of child development and in relation to the other concepts of this psychological approach as contact, contact boundary, field, confirmation and Skillful frustration and associate them with the concepts of limits and autonomy in family dynamics. For that, a phenomenological bibliographical research was carried out in classical and contemporary works of Gestalt-therapy and authors that allowed us to understand this theme in a contextualized way. After a bibliographical survey about this theme, it was done phenomenological analysis and critical discussion about the articulations found between these diverse concepts were made, which made it possible to perceive the presence of limits in family relationships, both for healthy child development and for construction of the identity and autonomy of parents and children involved in this dynamic. Given this conclusion, it was also considered that this research demonstrated its relevance and achieved its scientific objectives, as well as its social relevance from the moment it spoke directly about how the presence of limits and autonomy, can offer possibilities of training individuals more attentive to their needs and also able to perceive and respect the limits of the other and their own contact with reality.

**Keywords:** Family relations. Child development. Limits. Autonomy. Gestalt-therapy.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 AS RELAÇÕES FAMILIARES E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA GESTÁLTICA .....</b>	<b>14</b>
<b>3 AS DIMENSÕES DO CONTATO NA FAMÍLIA NUCLEAR .....</b>	<b>23</b>
<b>4 SOBRE LIMITES E AUTONOMIA NAS RELAÇÕES FAMILIARES .....</b>	<b>29</b>
<b>4.1 A questão dos limites.....</b>	<b>29</b>
<b>4.2 A questão da autonomia.....</b>	<b>32</b>
<b>5 METODOLOGIA .....</b>	<b>37</b>
<b>6 ANÁLISE E DISCUSSÃO.....</b>	<b>41</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu a partir de uma curiosidade e um incômodo pessoal relacionado ao modo como as diferentes configurações familiares têm lidado com as questões relacionadas à educação dos filhos, mais especificadamente a presença de limites e autonomia nas relações familiares na contemporaneidade.

A correlação entre essa temática atual e a literatura clássica da Gestalt-terapia foi possível ao se constatar que Fritz Perls (1977;1997;2002) no decorrer de suas obras fazia citações recorrentes sobre diferentes formas de pais e filhos se relacionarem, e sobre como o processo de crescimento, desenvolvimento e construção da personalidade da criança está intimamente ligado com esses contatos familiares primários.

Para tanto, o referido autor dissertou, também, sobre os impactos e consequências dessas relações familiares na forma como as crianças desenvolvem seus mecanismos de contatar a realidade e a importância da frustração no desenvolvimento de um potencial criador para satisfação das necessidades das mesmas.

A partir desse referencial gestáltico clássico inaugurado por Perls, vários autores de diversas gerações da Gestalt-terapia como Hycner e Jacobs (1997), Zinker (2001), Pimentel (2005), Aguiar (2014), entre outros, desenvolveram teorias e formulações sobre como essas relações familiares podem se configurar.

O modelo nuclear pai, mãe e filho podem vir a adotar outras configurações, porém os desdobramentos no que tange às relações familiares ainda comparecem, como por exemplo, pode-se notar que a partir das diferentes possibilidades da constituição familiar contemporânea e das realidades contextuais nas quais estão inseridas que, de modo geral, pais passam cada vez mais tempo longe de seus filhos e filhos passam a conviver cada vez mais com outras pessoas (avós, babás, tios, vizinhos, meio-irmãos etc.) que lhe apresentam de forma fragmentada as primeiras impressões, normas e possibilidades de contatar a realidade. (PIMENTEL, 2005)

Dessa forma, os desdobramentos provenientes dessas desconstruções tendem a repercutir no desenvolvimento dessas crianças, mas principalmente na relação que essas passam a estabelecer com seus genitores e com a realidade. (PIMENTEL, 2005; AGUIAR, 2014)

Tal situação se torna problemática quando é perceptível que a criança não consegue identificar quais seriam seus referenciais paternos e também quando os pais não conseguem

sustentar a condição de alteridade<sup>1</sup> de seus filhos. Esta situação pode ser explanada através da perspectiva dialógica de Buber (1974) e de autores da Gestalt-terapia (HYNCNER, 1995; HYNCNER; JACOBS 1997) os quais dissertam sobre o modo como essa relação pode ser percebida como uma relação genuína composta por duas pessoas (EU –TU) ou de uma maneira adoecida quando uma, a saber a criança, pode significar uma projeção ou ser um meio de satisfação dos objetivos pessoais dos pais (EU – ISSO<sup>2</sup>).

Tendo em vista a singularidade de cada configuração familiar e o modo individual como cada uma das partes da família lida com as crianças que fazem parte desse contexto, torna-se necessário ressaltar a importância de certos limites no contatar em relação às mesmas para que estas comecem a reconhecê-los primeiramente, na relação com o outro (começando pelos pais e familiares) e posteriormente, aos que serão impostos a elas pela realidade. (AGUIAR, 2014).

Diante dessa construção argumentativa exposta pela Gestalt-terapia é possível problematizar sobre a importância dos limites e da autonomia na contemporaneidade a partir da presença destes nas relações familiares e dos impactos no desenvolvimento infantil das crianças envolvidas nesse contexto. Para que tal discussão se torne possível, objetiva-se, a partir desse trabalho, analisar possíveis articulações relacionadas aos conceitos de limites e autonomia nas relações familiares a partir de uma perspectiva gestáltica. Tal tarefa pode ser possível ao buscar de modo mais específico identificar a visão dos teóricos clássicos e contemporâneos da Gestalt-terapia acerca de conceitos como frustração e confirmação no que se referem as suas significações no âmbito das relações familiares e refletir de que maneira conceitos gestálticos como contato, fronteira de contato e campo constituem e/ou influenciam o desenvolvimento infantil a partir das relações familiares; como também, identificar as principais contribuições teóricas pensadas pelos autores da referida abordagem sobre o processo de desenvolvimento infantil ao relacioná-los aos conceitos de limites e autonomia a partir do modo como os mesmos comparecem no contexto familiar.

---

<sup>1</sup> Considera-se a alteridade como a capacidade individual de afirmar sua própria existência enquanto singular e total. Segundo Hycner e Jacobs (1997) a percepção dessa totalidade existencial ocorre quando o indivíduo consegue perceber, através do contato, sua existência perante a alteridade de outra pessoa.

<sup>2</sup> De acordo com as proposições de Hycner e Jacobs (1997) a relação EU-TU é considerada como uma experiência mútua onde é possível apreciar a singularidade, alteridade e o contato genuíno com o outro, a este momento de conexão natural pode-se nomear de “encontro”. A atitude EU-ISSO é dirigida por um propósito ou objetivo sem levar em consideração a alteridade do outro ser envolvido; os autores consideram essa atitude muito presente no mundo moderno e a nomeiam como uma relação de “coisificação do outro”.

O alcance de tais objetivos ocorreu através da realização de pesquisa bibliográfica de cunho fenomenológico baseada nas considerações de AmatuZZi (2009) direcionada às obras clássicas e contemporâneas de autores diretamente relacionados com a Gestalt-terapia e com ênfase na clínica e desenvolvimento infantil da referida abordagem. Foram realizadas também pesquisas em artigos acadêmicos relacionados à temática como forma de agregar conhecimentos afins que nos permitiram compreender de modo contextualizado essa construção teórica.

A partir dos resultados obtidos nas pesquisas realizou-se articulações entre os conceitos apresentados e citações selecionadas com a finalidade de construir uma argumentação sólida e crítica acerca da temática proposta.

Diante de todos os argumentos e autores supracitados acredito que este trabalho se justifica e obtém sua relevância científica ao propor a contextualização entre esses diversos conceitos com a finalidade de construir uma reflexão crítica sobre como tem comparecido nas relações familiares a temática limites/autonomia e seus possíveis impactos no percurso do desenvolvimento infantil.

Acredito também que este trabalho obtém sua relevância social na reflexão sobre essa temática, a qual implica em propor uma forma diferenciada de se pensar a problemática da educação familiar por meio do referencial da Gestalt-terapia bem como, ao dissertar sobre a necessidade de um possível equilíbrio entre os limites e a autonomia que pode refletir na formação de indivíduos mais atentos as suas reais necessidades e, também, que saibam respeitar os limites presentes no processo contatar a realidade.

Para que tal explanação conceitual seja possível o presente trabalho está organizado em três seções a seguir: na primeira seção, iniciamos nossas reflexões a partir da realização de um apanhado histórico sobre a temática familiar e a concepção da infância de modo a contextualizar o cenário presenciado pelos percussores da referida abordagem e refletido através de suas formulações teóricas. Após esse apanhado são tecidas as primeiras impressões em relação a como a literatura gestáltica trata a diversidade das constituições familiares, enfatizando as relações presentes no âmbito nuclear dessas famílias, assim como os desdobramentos desse relacionar para a criança e no desenvolvimento infantil das mesmas.

Na seção dois, dissertamos sobre as dimensões do contato na família nuclear, a partir da argumentação permeada pelo referencial gestáltico que se remete a conceituações com base na teoria Dialógica de Martin Buber para explicar sobre as possibilidades de contato estabelecidas entre os membros pertencentes a essa família assim como nas possibilidades de promoção de saúde e adoecimento nas mesmas.

Na última seção, a presença dos termos “limites” e “autonomia” aparecem em forma de convite para se discutir teoricamente acerca do delicado e necessário equilíbrio dos mesmos para o quê os pais chamam de “criação dos filhos”. A partir de tal construção teórica apresenta-se por fim, a análise e discussão das reflexões levantadas e considerações finais acerca dessa problemática.

## 2 AS RELAÇÕES FAMILIARES E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA GESTÁLTICA

Visando estabelecer uma explanação sobre a relevância do contexto familiar no desenvolvimento das crianças, torna-se necessário, primeiramente, apresentar um panorama histórico analisando como a questão da infância foi percebida socialmente no decorrer dos séculos.

Para tal exposição, contamos com as considerações de Philippe Ariès retratadas em sua obra *História social da criança e da família* (1981) que nos permitiram refletir sobre como se tornou possível nos depararmos com a realidade familiar contemporânea.

Ariès (1981) se utiliza de provas artísticas (pinturas, esculturas, poemas, canções, etc.) para investigar como a sociedade percebia a infância. Em suas primeiras afirmações ele destaca que “[...] até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la” (p. 17). Tal observação se articula com o ideário social presente na época que tratava as crianças como adultos em miniatura e considerava a infância como uma fase sem importância e que deveria ser passageira. Pontua ainda, esse fato ao afirmar que “[...] assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes” (p. 99).

Tal concepção sobre a vida infantil se prolongou até o século XVI, e se tornava perceptível pela falta de consciência sobre as particularidades e necessidades infantis. As crianças, por estarem imersas de modo despercebido no mundo adulto, de tudo ouviam, viam e percebiam, porém nada lhes era explicado de modo adaptado as suas capacidades de compreensão. A necessidade de ascenderem à realidade adulta de modo tão precoce pode ser constatada pela prática comum de casamentos entre crianças e adultos da realeza e também pelas diversas ocasiões históricas em que crianças assumiram reinados, e de modo geral, as de classes menos abastadas começaram a trabalhar desde muito cedo. (ARIÈS, 1981).

Conforme os séculos se passaram, as mudanças sociais ocorreram e o cristianismo se consolidou como a religião oficial do mundo ocidental. Dessa forma, percebeu-se uma mobilização das instituições religiosas europeias para o estabelecimento de uma doutrina cristã que alinhasse a infância com os valores presentes na bíblia que por vezes destacava a pureza infantil como exemplo a ser seguido pelos que desejariam alcançar a graça divina. (ARIÈS, 1981)

Tendo em vista que esse ideal não se adequava a realidade das crianças da época, pois as mesmas por tanto conviverem entre os adultos, por vezes, desempenhavam comportamentos considerados impuros, inadequados e pecaminosos. Assim, iniciou-se um investimento na educação dessas crianças para que as mesmas se adequassem ao papel que elas deveriam refletir na religiosidade a qual estavam inseridas. (ARIÈS, 1981)

O autor citado acima, destaca o advento do século XVII como o início dos investimentos em uma literatura infantil pedagógica, da popularização da educação e da transmissão dos “bons modos” desde a infância. De modo geral iniciou-se uma preocupação e necessidade tentar “[...] penetrar na mentalidade das crianças para melhor adaptar a seu nível os métodos de educação” (ARIÈS, 1981, p. 104).

Nesse momento, ao nos afastarmos e contemplarmos de modo mais geral esse panorama, percebemos como a figura infantil passa a ter uma posição de centralidade na realidade ocidental e desse modo foi-se notando a importância que a criança havia adquirido dentro da família. No âmbito cotidiano os pais começaram a perceber seus filhos como objeto de carinho, fonte de “doçura” e ternura. Segundo Ariès (1981) se tornou cada vez mais comum e notável a “paparicação” (p. 100) dos filhos para o deleite tanto dos pais quanto para a notável expressão de felicidade das crianças ao serem o “centro das atenções”.

Concomitantemente com esse fenômeno da “paparicação”, os indivíduos mais conservadores, nomeados por Ariès (1981) como “moralistas” (p. 103) se preocupavam em “fazer dessas crianças pessoas honradas e probas e homens racionais” (p. 104). Essa preocupação impregnada também por valores religiosos começou a fazer parte da vida familiar e no século XVIII as palavras “preservar e disciplinar” (p. 105) passaram a nortear os modos de educação dessas crianças.

A atenção gradual com a higiene, saúde e educação das crianças que se acentuou no século XVII e se faz presente até a atualidade denota a centralidade que a vida infantil passou a exercer na rotina dos adultos que dela cuidavam. Segundo Ariès (1981):

Tudo o que se referia às crianças e à família tornara-se um assunto sério e digno de atenção. Não apenas o futuro da criança, mas também sua simples presença e existência eram dignas de preocupação – a criança havia assumido um lugar central dentro da família. (ARIÈS, 1978. p. 105)

Esse argumento final trazido pelo referido autor se aproxima da realidade vigente na contemporaneidade ocidental e possibilita fazermos um diálogo com as formulações teóricas tecidas por autores da Psicologia e estabelecer semelhanças com o modo de percepção da criança na dinâmica familiar.

Ponciano (2002) contribui para essa argumentação ao destacar o conceito de “família nuclear” e ao relacioná-lo ao cenário ocidental da revolução industrial do século XVIII, das repercussões na demarcação entre a esfera pública e privada e a instituição da classe social burguesa, o que proporcionou a sociedade o surgimento do que ficou conhecido como o “sentimento de família” e também o “sentimento de infância”.

A presença desses “sentimentos” passaram a demarcar o que atualmente se observa na dinâmica familiar ocidental. Dessa forma, a centralidade da figura infantil na atmosfera familiar, acompanhado do sentimento de afeição entre seus membros, propiciou a essas famílias se refugiarem na sua intimidade, individualidade e privacidade e também a construir modos singulares de interação entre seus membros (PONCIANO, 2002; BORSA; NUNES, 2011).

Essa nova organização social marcada pelo contexto industrial burguês do século XVIII afetaram as constituições familiares no sentido de que as grandes famílias aristocratas foram segregadas em núcleos menores e, por conseguinte, a família moderna passou a se estruturar através de um modelo patriarcal e monogâmico, e a ser representada através da união de um casal por laços legais e legítimos, simbolizada pela intimidade, vida doméstica e pelo refúgio emocional de uma sociedade fria e competitiva. A esse contexto, ressalta-se ainda que se tornou responsabilidade primordial dos genitores a missão de transmitir a cultura e promover a consolidação da personalidade dos filhos (PONCIANO, 2002; BORSA; NUNES, 2011).

Pensando nos aspectos psicossociais dessa transmissão de valores e nos desdobramentos na formação da personalidade infantil na contemporaneidade, a abordagem psicológica da Gestalt-terapia, a partir das reflexões de Zinker (2001), considera que o casal a partir do nascimento dos filhos passa a dar mais importância a visões, hábitos, valores sociais, econômicos, influências religiosas e éticas da comunidade mais ampla na qual estão inseridos, se compararmos ao momento anterior que os mesmos estavam unidos apenas na conjugalidade. O referido autor acredita que tal mudança pode estar relacionada ao fato das famílias, em especial os pais, influenciados por todo este contexto, se empenham em mostrar o mundo e a transmitir seus valores por meio da educação de seus filhos.

Essa transmissão de valores e ensinamentos apresentam uma complexidade e singularidade que caracterizam e constituem as “redes relacionais” da criança por todo o seu desenvolvimento. Conforme as mesmas crescem e começam a buscar maneiras singulares de existir, é perceptível a presença conflitos entre a dimensão cultural de pais e filhos. Tal fato pode estar justificado à medida que se observa que cada geração possui seus próprios comportamentos, jogos, modos de falar, gostos artísticos e objetivos. (ZINKER, 2001).

Tal cenário pode ser ainda mais complexo quando pensamos sobre as diversas configurações que perpassam a organização familiar na contemporaneidade. Em nosso mundo moderno e ocidental, crianças filhas (as) de diversas uniões de respectivos genitores, são apresentadas a “tios/padrastos” e “tias/madrastas”, “meio-irmãos” e demais figuras familiares, podendo migrar e circular em diversas casas constantemente e desta forma, vão se inserindo em novas redes de parentesco consanguíneas. (PIMENTEL, 2005).

Estando imersos nessas redes tão complexas e multideterminadas, se torna importante tanto para os pais (na medida em que precisam mostrar para criança a quem devem se direcionar) quanto para a criança que os mesmos possuam suas posições bem determinadas. Partindo desse pressuposto, torna-se possível um retorno ao conceito de família nuclear, porém sempre considerando as possibilidades de diversificações mediante ao contexto social atual.

Pensando na multiplicidade de modelos familiares presente em nossa sociedade ocidental atual, o modelo nuclear familiar ainda cabe a ser considerado a partir de algumas de suas características fundamentais presentes em sua nomenclatura, como por exemplo, a ideia de núcleo representando a centralidade e essencialidade. Famílias nascidas de uniões homoafetivas, filhos adotivos, mães e pais solteiros (as) e as mais diversas formas de constituição familiar ainda se norteiam pelo modelo nuclear a partir do momento em que estabelecem relações com seus filhos baseados nos princípios de individualidade, afetividade, intimidade e responsabilidade impostos por esse conceito. (PONCIANO, 2002)

Portanto, ao considerar o contexto nuclear familiar como sendo o responsável pelos primeiros contatos da criança com a realidade e que vai acompanhá-las por todo o seu processo de desenvolvimento, Ponciano (2002) disserta sobre como a transmissão de lições e ensinamentos são feitos através das relações estabelecidas entre pais e filhos:

[...] os pais encarnam o amor e o poder, e em cada um dos seus atos transmite à criança, de forma totalmente independente de suas intenções manifestas, os preceitos e as obrigações mediante os quais a sociedade trata de organizar a experiência. Se a reprodução da cultura fosse apenas uma questão de disciplina e instrução formal poderia ser deixado a cargo das escolas. Mas também é necessário que a cultura esteja incrustada na personalidade. (PONCIANO, 2002, p. 3)

Pensar a transmissão desses valores a partir do referencial da Gestalt-terapia permite uma articulação entre o processo de desenvolvimento infantil em relação à dinâmica familiar da qual essas crianças fazem parte.

Segundo Aguiar (2014), a discussão sobre o desenvolvimento humano a partir do referencial da Gestalt-terapia têm sido discutida por muitos autores a ponto de ser considerada uma “pedra angular” da teoria gestáltica. Divergências epistemológicas ocorreram no que

tange a opiniões sobre a necessidade de haver uma teoria do desenvolvimento a partir de uma compreensão gestáltica, pois tal construção teórica poderia ir de encontro a alguns aspectos essenciais da visão de homem da Gestalt-terapia que o consideram como um ser processual, relacional, contextual, global e singular.

Essa visão de homem e da realidade está relacionada ao conceito de holismo que permeia toda a abordagem da Gestalt-terapia. O holismo destaca o caráter global da existência humana que transcende o dualismo tão presente por muito tempo na filosofia e na ciência. A totalidade da existência humana expressa por esse conceito permite compreender o desenvolvimento humano como algo contínuo e que ocorre para além do aprimoramento de características isoladas como se mostra presente em outras teorias do desenvolvimento (AGUIAR, 2014). Permite ainda, por meio dessa intensa conexão com o meio ambiente tecer uma relação que evidencie a totalidade do contexto do desenvolvimento infantil. Assim, segundo Aguiar (2014):

A criança, tal como percebemos, é vista como um ser total o global, o que implica considerar uma inevitável vinculação, reciprocidade e retroalimentação entre fatores emocionais, cognitivos, orgânicos, comportamentais, sociais, históricos, culturais, geográficos e espirituais. (AGUIAR, 2014, p. 28)

Apropriando-se dessa visão holística da Gestalt-terapia, se torna possível construir uma argumentação fundamentada nesse conceito que critique as concepções de desenvolvimento que reduzem, fragmentam, determinam e estipulam padrões e datas para que as crianças alcancem patamares da escala do desenvolvimento.

Porém, como ressalta Aguiar (2014), essa crítica deve ser feita de forma prudente, pois ao falarmos na singularidade do ser humano na perspectiva gestáltica, não necessariamente precisamos nos abster de qualquer informação acerca daquilo que o ser tem em comum com os demais indivíduos (que por muitas vezes compartilham da mesma realidade), porém o diferencial do olhar gestáltico está em não reduzi-los a estas regularidades, ou seja, em os “[...] compreendemos com base na configuração total alcançada pela articulação entre elas e suas especificidades (p. 49)”.

Ainda pensando nessa articulação entre os aspectos sociais e biológicos do desenvolvimento infantil, Ribeiro (1975 apud AGUIAR 2014, p. 49-50) considera que tal pensamento “encontra suas bases na noção de ser no mundo da fenomenologia, na teoria de campo, na teoria organísmica e na visão de todo da psicologia da Gestalt”. Conforme Aguiar (2014), a partir desses pressupostos pode-se perceber que não há um viés biológico ou social

estabelecido, ou seja, a compreensão do desenvolvimento se dá de forma singular e por meio de um diálogo entre todos os elementos pertencentes à realidade daquele indivíduo.

Desse modo, em termos práticos, pode-se dizer que o desenvolvimento infantil ocorre a partir das relações estabelecidas com o meio, mais especificamente, nas trocas realizadas com o mesmo. Tal afirmativa se relaciona as articulações de Perls (2002) que concatena o processo de desenvolvimento infantil com a noção de agressividade. Para esse teórico, esta palavra em questão possui um significado específico, pois transmite, através de uma analogia entre o metabolismo mental e o processo motor de mastigação, a ideia de que o ser humano quando começa a se alimentar utilizando os dentes e por meio destes agride e transforma o alimento para que seja mais bem digerido se equivale a um processo semelhante do metabolismo mental, que pode ser percebido quando a criança ao entrar em contato com a realidade passa a assimilá-la e modificá-la para que a mesma se adeque a suas necessidades.

Mediante ao desenvolvimento desse potencial agressivo, podemos perceber que a criança começa a se posicionar de forma diferente frente às situações devido à reformulação da sua percepção diante da realidade. Portanto, a título de exemplificação cabe afirmar que “[...] quando uma criança começa a andar, não foi só ela que mudou ou alcançou mais um patamar na ‘escala do desenvolvimento’, mas todo seu campo foi reconfigurado” (AGUIAR, 2014. p. 50). Por meio desse ou de vários exemplos observáveis no cotidiano infantil como o início das verbalizações e gestos cada vez mais autônomos (pegar brinquedos, fazer carinho, alimentar-se com as mãos, etc.) pode-se considerar que o desenvolvimento humano é um processo ininterrupto da interação entre homem e mundo pautado nas possibilidades que o mesmo consegue desenvolver para satisfazer suas necessidades e, por conseguinte, agir de modo inovador e consciente diante da realidade e das circunstâncias. Para compreender o modo como tal processo ocorre, torna-se necessário trazer a tona o conceito primordial dessa abordagem: o conceito de contato.

Considerando que o contato é uma função vital voltada para satisfação das necessidades do indivíduo e que este não ocorre separado da realidade contextual e ambiental, faz-se necessário falar em campo relacional e fronteira de contato. Este primeiro conceito representa o contexto, ou melhor, o plano onde se torna possível estabelecer o contato e a fronteira representa a zona de delimitação e ao mesmo tempo interação do indivíduo com o meio (GINGER;GINGER, 1995).

Relacionando esses conceitos com o contexto do desenvolvimento infantil e das relações familiares é possível afirmar, que é nessa fronteira de contato que se torna possível experimentar a diferença entre o “eu” e o “você” e que o crescimento acontece quando há

contato na fronteira. O desenvolvimento desse contatar intencional e dinâmico, que a criança realiza com o mundo, poder ser percebido pelo surgimento de vontades e desejos, que na linguagem gestáltica pode ser traduzido pelo “[...] surgimento de uma figura a partir do fundo” (ZINKER, 2001. p. 91).

Ginger e Ginger (1995) pontuam que a noção de figura-fundo herdada da psicologia da Gestalt e retomada pela proposta da Gestalt-terapia significa a capacidade individual de discernir de maneira clara uma figura dominante de uma situação, e que tal figura só pode ser visualizada se estiver relacionada ao fundo, ou seja, o plano posterior. Associando esse conceito a questão do desenvolvimento infantil é possível dissertar sobre o aparecimento dos desejos e necessidades da criança quando observamos o surgimento da capacidade de discriminação entre o que a mesma solicita ou ignora por meio de suas ações.

Assim, conforme a criança vai desenvolvendo seu potencial para contatar a realidade é possível perceber que a mesma começa a diferenciar os personagens que compõem sua rede de relações familiares e também de se relacionar com cada um deles. Segundo Aguiar (2014):

A Gestalt-terapia afirma que na fronteira você experimenta a diferença – existe um ‘eu’ e um ‘você’, ou um ‘nós’ e um ‘eles’ - e que o crescimento acontece quando existe contato na fronteira. As diferenças precisam ser enfatizadas antes que você possa fazer contato: preciso saber que você e eu somos diferentes antes que possamos ficar juntos. (AGUIAR, 2014 p. 165)

Faria (2014), complementa esta afirmação ao considerar o homem como um ser de fronteiras e ao afirmar que o crescimento acontece e se constitui na experiência, ou seja, para que o indivíduo se reconheça enquanto “eu” ele necessita que haja um “outro” para que ele possa se relacionar e conhecer seus contornos, ou melhor, desenvolver seu processo de conscientização.

Assim, cada vez que essa criança consegue se perceber em condição de alteridade em relação aos outros e a realidade consideramos que ela está desenvolvendo sua capacidade de *awareness*. Ginger e Ginger (1995) conceituam *awareness* como a tomada de consciência global no momento presente, sendo que esta compreende os níveis de percepção pessoal, corporal, emocional, interior e ambiental; portanto está relacionada a uma capacidade de consciência de si mesmo e da realidade perceptual.

Yontef (1998) aprimora esse conceito ao considerar *awareness* como “[...] uma forma de experienciar. É o processo de estar em contato vigilante com o evento de maior importância no campo indivíduo/meio, com total suporte sensoriomotor, emocional, cognitivo e energético” (p. 9); e aponta que de modo saudável a *awareness* representa percepção da

necessidade dominante em meio a um campo permeado de estímulos e outras necessidades emergentes.

Aguiar (2014) corrobora ao contextualizar esse conceito com o processo de desenvolvimento infantil ao considerar *awareness* como a “[...] capacidade da criança de ‘dar-se conta’ daquilo que se passa com ela a cada momento em sua relação com o mundo, do que ela sente, pensa, faz e necessita nessa interação” (p. 51).

Essa necessidade de interação com o mundo comparece desde o início da vida humana, aparece primeiramente para o suprimento das necessidades mais primitivas (fome, sono, sanar dores, etc.) e conforme a criança vai crescendo e sua capacidade de contatar vai se aprimorando ela começa a discriminar as quais pessoas ela deve recorrer para ter determinadas necessidades satisfeitas. Desse modo, com o passar do tempo a mesma saberá diferenciar o que poderá fazer sozinha para se autorregular e em quais situações dependerá de outra pessoa para obter algo que deseja. Assim, é perceptível que esta vai passando progressivamente de um estágio de confluência para um comportamento de apego.

Consideramos o estágio de confluência como o “estado de não-contato” (Ginger; Ginger 1995 p. 133), ou seja, momento no qual ainda não há a presença da fronteira de contato bem estabelecida. Aguiar (2014) considera este o estado fundamental do relacionamento entre mãe e bebê; sendo que este último ainda não consegue diferenciar suas necessidades e depende da mãe para a sobrevivência e para que ela identifique-as e o satisfaça. Ginger e Ginger (1995) caracterizam a confluência como um estado de simbiose e também o consideram como algo sadio nesses primeiros momentos de vida do bebê, mas afirmam que em longo prazo, se a criança não consegue discriminar e assumir sua posição diante de uma situação, a mesma pode estar imersa em um estado de adoecimento em relação as suas possibilidades de contatar a realidade.

Desse modo, conforme a criança sai desse estado de confluência inicial ela vai desenvolvendo o que caracterizamos como uma relação de apego. Segundo Montoro (1994, p. 45 apud AGUIAR, 2014, p. 59) apego seria “[...] toda forma de comportamento que tem como meta a obtenção ou manutenção da proximidade com outra pessoa específica e preferida, mais apta a lidar com o mundo”. Ou seja, a criança começa progressivamente a desenvolver vínculos com essas pessoas que estão sempre próximas (pais, e membros da sua família nuclear) para que estas sirvam de suporte e referência à mesma e assim possa recorrer em momentos de desequilíbrio e quando se sentir desafiada, percebendo que ainda não consegue lidar com uma situação de forma totalmente independente. (AGUIAR, 2014)

Segundo Pimentel (2005) a importância dessas pessoas eleitas para suprir as necessidades dessa criança possuem influência diretamente no processo de desenvolvimento da *awareness* da mesma, pois se considera que “[...] é somente pela vivência da própria incapacidade de atuar plasmadoramente no mundo que ocorre a separação entre o eu e o mundo exterior” (p. 35).

Dessa maneira, tendo a família como primeiro ambiente na qual a criança começa a se relacionar com o mundo, se torna evidente que cabe a essas pessoas serem responsáveis por prover a mesma a satisfação de suas necessidades. Porém, conforme a criança cresce e começa a frequentar outros ambientes (por exemplo, a escola) esta tende a buscar novos agentes para satisfação das necessidades aparentes em cada contexto dos quais passa a fazer parte. (PIMENTEL, 2005)

Em observância aos argumentos e conceitos apresentados e sobre como as relações familiares podem estar diretamente relacionadas aos processos de desenvolvimento da criança a partir do referencial da Gestalt-terapia nos levam pensar nas dimensões desse contato familiar e nos possíveis desdobramentos que podem afetar a saúde psicológica não só das crianças, mas do próprio sistema familiar do qual elas fazem parte.

### 3 AS DIMENSÕES DO CONTATO NA FAMÍLIA NUCLEAR

Perceber as relações nesse núcleo familiar mais específico a partir de uma perspectiva gestáltica se torna um convite a pensar de modo dialógico. Buber (1974), ao conceituar as relações enquanto “reciprocidade” (p. 9) demarca o cerne da teoria dialógica a respeito de como as relações inter-humanas podem ser vistas a partir do reconhecimento da alteridade do outro com quem está se relacionando.

Segundo Buber (1974 apud HYCNER, 1995), o reconhecimento dessa alteridade, ou seja, da singularidade e da nítida separação do outro em relação a si próprio (porém sem que fique esquecida a relação e humanidade comum subjacente entre ambas às partes) demarca o princípio fundamental para o estabelecimento de uma relação dialógica genuína, nomeada por Buber (1974) como uma relação EU-TU. Nas palavras do próprio Buber tal interconexão entre o Eu e Tu se faz presente ao passo que se considera que:

A palavra-princípio EU-TU só pode ser proferida pelo ser na sua totalidade. A união e a fusão em um ser total não pode ser realizada por mim e nem pode ser efetivada sem mim. O EU se realiza na relação com o TU; é tornando EU que digo TU. (BUBER, 1974. p. 13)

Levando essa possibilidade de contatar para o âmbito familiar, se torna possível afirmar que os contatos familiares, quando permeados pelo reconhecimento dessa alteridade, principalmente no que tange aos pais reconhecerem a alteridade de seus filhos (mesmo quando estes são pequenos e ainda considerados como dependentes desses adultos para sobreviverem) nos permitem acessar outra ideia central da teoria Buberiana: a confirmação.

Buber (1974), pontua que a relação dialógica entre um EU e um TU é permeada pela confirmação a partir da consideração da alteridade mútua presente entre ambas as partes: “o EU confirma o TU em seu ser e é por ele confirmado. O EU exerce uma ação, atua sobre o TU e este atua sobre o EU. Neste encontro se estabelece a alteridade na medida em que existe uma alter-ação mútua (p. 161).”

A Gestalt-terapia ao se apropriar desse conceito destaca, a partir das considerações de Hycner e Jacobs (1997) importância da confirmação para a constituição do sentimento de alteridade e singularidade nas relações:

Confirmar o outro significa um esforço ativo de voltar-se para a outra pessoa e afirmar sua existência separada – sua alteridade – sua singularidade e seu vínculo comum comigo e com os outros. [...] A questão da confirmação demonstra, implicitamente, nossa interconexão existencial – podemos nos validar até apenas até certo ponto. Por sermos “criaturas do entre” precisamos da confirmação do outro. (HYCNER; JACOBS, 1997, p. 46)

Hycner (1995) complementa ao afirmar que “o ser humano precisa ser confirmado pelos outros para se perceber como um outro ser humano” (p. 60). Aguiar (2014) ao transportar este conceito para o âmbito do desenvolvimento infantil considera a confirmação como “a função relacional mais significativa para o desenvolvimento satisfatório da criança e para o estabelecimento de formas saudáveis de contato com o mundo e consigo mesma.” (p. 76).

Aguiar (2014) adverte que a primeira vista, a questão confirmação pode gerar certos equívocos se a encararmos enquanto um simples elogio. Desse modo torna-se necessário estabelecer a diferença entre esses dois conceitos. O elogio pode ser considerado a forma mais comum de incentivar a criança a manter certos comportamentos e pode ser realizado de forma inautêntica, ou seja, sem a devida implicação real na relação que o elogiador estabelece com a criança. Pais que ao elogiarem efusivamente qualquer realização de seus filhos de forma incongruente com a magnitude dos feitos da criança podem acreditar que estão incentivando seus filhos a se desenvolverem mais, porém o que pode vir a ocorrer é a criança começar a perceber essa incongruência e a inautenticidade desses elogios ou então começar a agir da mesma forma sempre que quiser conseguir a atenção, palmas e sorrisos dos pais.

De acordo com Aguiar (2014), a confirmação, por outro lado, se permite atingir uma dimensão muito mais ampla e intrínseca do ser. Ao se apresentar a partir do reconhecimento da alteridade, ou seja, da possibilidade de existência e de expressão desse outro. Fazendo um paralelo com o contexto familiar, pode-se dizer que, cabe então aos pais confirmar não apenas os avanços, emoções e comportamentos mais louváveis dos seus filhos e que comumente são apreciados pela sociedade, mas sim a criança como um todo, incluindo suas necessidades e anseios e também, quando necessário, oferecer alternativas para a expressão destas de forma mais sadias ou que não irão ferir a integridade da própria criança, das outras pessoas e a do ambiente. Portanto, como conclui a autora citada acima: “[...] confirmação e elogio não são sinônimos e nem todo elogio é confirmador” (p. 78).

Desse modo quando a criança não é confirmada em suas relações no contexto familiar pode-se falar em uma desconfirmação de sua singularidade. Esse conceito pode se articular a outra possibilidade relacional evidenciada por Buber em sua teoria, a qual chamamos de relação EU-ISSO. Buber (1974) conceitua a relação EU-ISSO como uma experiência pautada na utilização e proveniente de atitude objetivante e destaca que “o EU de EU-ISSO usa a palavra para conhecer o mundo, para impor-se diante dele, ordená-lo, estruturá-lo, vencê-lo, transformá-lo. Este mundo nada mais é que objeto de uso e experiência” (p. LI).

As considerações de Hycner e Jacobs (1997) a partir do referencial da Gestalt-terapia caracterizam a atitude EU-ISSO como aquela que é orientada para um propósito, ou seja, há um objetivo em mente, e muitas vezes esse objetivo está relacionado à manutenção e satisfação das necessidades de uma das partes dessa relação.

Desse modo, essa atitude pode ser considerada uma “coisificação do outro” e que em determinadas situações todos os seres humanos precisam agir de tal maneira para atingir alguma meta ou fim específico. (HYCNER; JACOBS, 1997, p. 33).

Portanto, segundo os autores supracitados, é possível considerar o modo EU-ISSO como o modo do “ego” pois este:

[...] compreende funções tais como o discernimento, a vontade, a orientação e a reflexão (Farber,1966) e também uma autoconsciência e uma *awareness* de separação (Friedman,1976b). É no modo Eu-ISSO que uma pessoa organiza sua existência no tempo e no espaço. Significativamente, o mundo do Eu-ISSO abarca as ideias e os sentimentos, assim como o esforço que ele ou ela fazem para serem entendidos. (HYCNER;JACOBS, 1997. p. 68)

A partir da conceituação proposta por Buber (1974) e pelas reflexões gestálticas a cerca desse conceito tecidas por Hycner e Jacobs (1997), cabe ressaltar a concepção de Buber (1974) sobre atitude Eu-ISSO ao considerar que ela “[...] não tem nada mal em si porque a matéria não tem nada de mal em si mesma. O que existe de mal é o fato de a matéria pretender ser aquilo que existe (p 54).” Buber (1974) ainda conclui que “Se o homem não pode viver sem o ISSO, não se pode esquecer que aquele que vive só com o ISSO não é homem. (p. LIV)”. Hycner e Jacobs (1997) se valendo desse argumento Buberiano advertem que é a predominância da atitude EU-ISSO no mundo moderno que a torna problemática, e até mesmo trágica.

A título de conclusão dessa articulação teórica podemos entender a intenção de Buber (1974) ao descrever esses modos de existência e afirmar a existência humana através do encontro, pois entendia que não era possível aos humanos permanecer somente enquanto EU. Por isso, segundo Hycner e Jacobs (1997) os hífen presentes nos termos EU-TU e EU-ISSO propostos por Buber (1974) são profundamente simbólicos por sinalizarem a orientação relacional de alguém que sempre se dirige ao outro para que possa perceber a sua existência. Portanto a alternância entre esses dois modos de existência se faz necessária, pois o modo EU-ISSO é vitalmente necessário para a sobrevivência e o EU-TU para a realização da condição de pessoa.

A partir dessa afirmativa, podemos compreender as relações familiares com base na perspectiva dialógica através dessa alternância entre modos de se relacionar entre pais e filhos. Torna-se possível perceber essa alternância presente tanto nas atitudes dos filhos em

relação aos pais quanto na direção contrária. Porém vale ressaltar que cabe aos pais, partindo da condição que os mesmos já estão num patamar mais elevado de desenvolvimento e de acúmulo de experiências de vida vivenciadas, a responsabilidade de perceber e compreender essa alternância saudável entre os modos de se relacionar com seus filhos.

Ainda pensando na alternância rítmica entre os modos de existir, podemos dialogar com o conceito gestáltico de contato. Pois, é através do entre que o contato ocorre e o mesmo pode acontecer, conforme citado anteriormente, nas manifestações expressivas do EU-TU e EU-ISSO. Para tanto, destacamos nas considerações de Ribeiro (2007) o conceito de contato como sinônimo de cuidado, e o autor o aproxima da arte ao considerá-lo como instrumento de ação afirmando que “[...] ternura, suavidade, carinho, disciplina e clareza muitas vezes são os verdadeiros alimentos do contato (p. 28)”. Percebê-lo como via de expressão do cuidado nas relações familiares no cotidiano é considerar que o “[...] contato é a forma como a vida acontece e se expressa (p. 29)”. Essa multiplicidade de formas de contatar no contexto familiar remete a uma compreensão sobre como esse contato pode gerar possibilidades de crescimento e adoecimento dos envolvidos.

Zinker (2001 p. 74) ao considerar o contexto familiar como “[...] um sistema de indivíduos comprometidos a permanecer juntos por um extenso período de tempo, mantendo assim uma continuidade” permite percebermos o modo como a organização familiar pode gerar modos de existir adoecidos que se traduzem na presença de comportamentos que podem ser considerados prejudiciais ao desenvolvimento das crianças e, por conseguinte na desorganização de toda dinâmica familiar. A estes comportamentos a Gestalt-terapia nomeia de ajustamentos criativos disfuncionais<sup>3</sup> e que podem ser considerados, através de seu acúmulo e repetição como a gênese para a presença das psicopatologias infantis (HYCNER;JACOBS, 1997; AGUIAR, 2014).

Compreender a visão psicopatológica que a Gestalt-terapia formula sobre o adoecimento psicológico infantil pode ser percebida através do modo como as famílias se relacionam e por vezes acabam por desconsiderar a alteridade das crianças. Em termos de

---

<sup>3</sup> Para compreensão do termo ajustamento disfuncional é necessário, primeiramente, entender o conceito gestáltico de ajustamento criativo. Segundo Anthony (2009, p. 59) o ajustamento criativo “representa o processo dinâmico e ativo de engajamento do indivíduo com o ambiente em busca de resolver situações e assim restaurar a harmonia, o equilíbrio, a saúde do organismo.”. Esse ajustamento visa à satisfação das necessidades do indivíduo levando em consideração as possibilidades presentes no contexto no qual este está inserido. O ajustamento disfuncional, portanto pode ser entendido como a incapacidade de agir criativamente no meio. A autora citada acima diz ainda que o ajustamento se torna disfuncional quando paralisa, limita ou impede a atuação criativa do indivíduo no meio e que o acúmulo de ajustamentos disfuncionais pode gerar o adoecimento do ser.

exemplos, podemos pensar em famílias que tendem a supervalorizar a concordância, a semelhança e a evitar conflitos. Essas constituições familiares, através de tais comportamentos, podem afetar o desenvolvimento das potencialidades da criança a partir do momento que não reconhecem que a mesma possui outras maneiras (de acordo com sua capacidade e possibilidades de expressão) de contatar a realidade e outras necessidades que lhe são próprias e individuais (ZINKER,2001; AGUIAR, 2014).

Pensando em outros exemplos, Aguiar (2014) pontua que as crianças podem expressar comportamentos de rebeldia e insubordinação as regras sociais vigentes e as boas maneiras “ensinadas” pelos pais, ou seja, fazem exatamente o contrário daquilo que os pais esperam. A autora chama a atenção que tanto essa situação como naquelas em que as crianças buscam agir conforme as expectativas dos adultos sendo, por vezes elogiadas como “boazinhas” e “obedientes”, são situações em que as mesmas buscam essencialmente serem confirmadas pelos adultos. A confirmação então não ocorre quando as mesmas se comportam dessa forma, pois como afirma Aguiar (2014) se torna perceptível que as crianças não agem de forma autêntica ao realizarem “o que é esperado, suas necessidades não são satisfeitas; ao contrapor-se aos adultos, tais necessidades não estão em foco, pois o que importa é contesta-los” (p. 82)

Ao pensar essas diferentes nuances do contato nas relações familiares e em como estas repercutem no desenvolvimento das crianças tratado no capítulo anterior, Perls (1977) disserta sobre a importância da frustração como ferramenta utilizada pelos pais para a efetivação de formas mais criativas das crianças acessarem a realidade. Esse autor lança a ideia de que a frustração pode ser vista de forma positiva através do conceito de “frustração habilidosa”. Para o espanto de muitos pais, ele justifica que não frustrar os seus filhos pode acarretar prejuízos no desenvolvimento psicológico e emocional e também no potencial criativo das crianças.

Perls (1977) segue seu raciocínio pontuando que “[...] no processo de crescimento existem duas escolhas. A criança pode crescer e aprender a superar suas frustrações ou pode ser mimada” (p. 54). Nesse ponto encontram-se um dos maiores equívocos cometidos pelos pais que às vezes se preocupam tanto em dar tudo que nunca tiveram aos filhos, ou seja, em recheiar as rotinas de tarefas multidisciplinares e seus armários de roupas e brinquedos caros, e em lhe responder todas as perguntas e imposições feitas por esses pequenos indivíduos.

Segundo Perls (1977) mimar a criança de todas as formas possíveis é impedi-la também de crescer e acessar a realidade tal como ela se apresenta; é deixá-la presa a recorrer prontamente aos pais em momentos de desamparo sem ao menos se colocar diante da situação e tentar encontrar saídas criativas para as mesmas.

Tal situação pode se tornar crítica de modo que essa criança começa a manipular o ambiente e os adultos no sentido que estes estejam sempre disponíveis para satisfazê-las. Os choros, ataques de birra, agressões físicas, respostas “mal-criadas” e às vezes até elogios e atitudes mascaradas por objetivos oportunistas para ganhar o que querem são exemplos de formas que as crianças utilizam para sempre obter a satisfação de suas necessidades. Os pais, não possuindo uma postura crítica diante dessa situação e sendo permissivos demais podem estar contribuindo diretamente para o que Perls (1977) chama de “formação de caráter” (p. 55).

A noção de “caráter” desenvolvida por Perls (Ibid.) tem sentido próprio e diferente do colocado e enaltecido pela sociedade. Para este autor caráter não significa uma pessoa de boa conduta, com uma moral sólida e incontestável, mas sim a pessoa que sofreu um enrijecimento de suas formas de agir com o passar do tempo; é aquela que “[...] é previsível e possui apenas um número de respostas fixas” (p. 55), ou seja, é aquela que possui menor potencial e por vezes pode desempenhar um papel de desamparado e dependente.

A manutenção desse modo de agir adoecido e inautêntico por parte das crianças as torna carentes de possibilidades de agir de modo criativo e transformador perante as exigências de uma realidade fugaz, complexa e rigorosa. A frustração habilidosa então aparece como meio na qual a energia agressiva da criança é estimulada e ela começa vencer desafios, superar obstáculos e impor suas necessidades diante dos outros e finalmente a tecer caminhos para transformar a realidade e agir por si mesma para tentar satisfazer suas necessidades (AGUIAR, 2014).

Conforme a criança se desenvolve, a mesma é testada pela realidade sobre sua capacidade de dizer “sim” e “não”, de aceitar tudo que lhe é imposto ou de buscar satisfazer suas necessidades de forma autêntica. Perls, Goodman e Hefferline (1997, p. 23) consideram que “[...] a personalidade sadia é moldada pelas próprias sequências idiossincráticas de sins e não” e que “[...] quando as pessoas não conseguem dizer não tão prontamente quanto sim, tendem a aceitar acriticamente uma visão da realidade ou um modo de vida ditado pelos outros”. Dessa forma, o fato de saber lidar com as frustrações desde a infância está diretamente relacionado com o modo que esses filhos, quando adultos, lidarão com as demandas da realidade e até mesmo com a criação de seus próprios filhos.

Portanto, ao se pensar no conceito de frustração habilidosa torna-se possível começar a inferir de que modo os conceitos de limites e autonomia podem se articular com a temática do desenvolvimento infantil no contexto familiar.

## 4 SOBRE LIMITES E AUTONOMIA NAS RELAÇÕES FAMILIARES

Buscando iniciar de forma essencial a discussão sobre esta temática evidenciamos o significado genérico das palavras de destaque dessa seção a partir do Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (FERREIRA, 2010). As definições que mais se alinham para a proposta aqui evidenciada caracterizam limite como “Linha de demarcação; Parte ou ponto extremo; Ponto que não se deve ou não se pode ultrapassar; fronteira” (p. 467-468). E autonomia como: “Faculdade de se governar por si mesmo; Condição pela qual o homem pretende poder escolher as leis que regem sua conduta” (p. 81).

A partir das diferenças e semelhanças evidenciadas pela concepção de diversos autores da Gestalt-terapia em relação a essa concepção generalista que essas duas palavras possuem buscamos evidenciar de que modo as reflexões desenvolvidas por Fritz Perls (1977, 1997) acerca da importância da frustração habilidosa citada anteriormente comparecem na literatura contemporânea da Gestalt-terapia a partir dos conceitos de limites e autonomia que serão discutidos a seguir.

### 4.1 A questão dos limites

Partindo de uma perspectiva linear e cronologicamente construída, buscamos perceber como o conceito de limite foi sendo construído gradualmente na literatura gestáltica a partir das considerações de diversos autores, até que seja possível alcançar a concepção contemporânea sobre este conceito discutida por Aguiar (2014).

Iniciaremos tal percurso conceitual a partir das considerações de Zinker (2001) a respeito do exercício do poder pertencente aos pais no sistema familiar. A concepção “poder” exposta pelo autor está relacionada ao modo como as famílias saudáveis utilizam as regras e formas de educação de modo particular com cada um dos seus filhos, ou seja, cabe aos pais dosar a quantidade de poder utilizado em relação à idade e ao grau de desenvolvimento e capacidade de discernimento dos filhos. Para tanto Zinker (2001) afirma que:

O poder no sistema familiar deve estar claramente nas mãos dos adultos até os filhos atingirem estágios do desenvolvimento que pedem maior diferenciação. As famílias não são “democráticas”, mas deveriam ser “ditaduras benignas” até as crianças crescerem. (ZINKER, 2001, p. 297)

O referido autor afirma, ainda, que a tarefa de dosar o modo e a quantidade desse poder que será empreendido na criação dos filhos é de grande complexidade. Portanto, é

normal que as famílias cometam erros nesse processo, protegendo demais ou de menos seus filhos em casos específicos. Porém, cabe aos adultos em questão estarem atentos ao modo como estas situações ocorrem e nas possíveis consequências desses atos, para que consigam perceber quando é necessário ampliar ou diminuir essa proteção sob as crianças e as mesmas continuem se desenvolvendo de forma sadia. (ZINKER, 2001)

O referido autor ainda em suas argumentações sobre essa temática busca também advertir sobre os perigos que podem estar presentes quando os pais encaram a questão dos limites de forma abusiva e exacerbada pontuando que “o poder traz obrigações e responsabilidade e não pode ser usado como uma desculpa para comportamentos irresponsáveis ou abusivos” (p. 297).

Aguiar (2014) ao tratar dessa mesma temática corrobora ao expor o conceito de autoridade como:

[...] uma função crucial exercida pelo adulto diante da criança, no sentido de estabelecer um parâmetro de mundo e de possibilidades relacionais que visam oferecer uma sensação da segurança, adequação e alguma previsibilidade acerca das situações cotidianas a ser enfrentadas. (AGUIAR, 2014, p. 64)

Portanto, Aguiar (2014) concorda com Zinker (2001) a respeito de a autoridade não poder ser vista como autoritarismo, pois este se caracteriza como uma postura arbitrária, prejudicial à criança na medida em que não levam em consideração suas reais necessidades e que evidencia predominantemente às necessidades particulares de expressão de poder e triunfo do adulto. Desse modo agir através do autoritarismo significa não se permitir tecer uma relação dialógica genuína com seus filhos, e também submetê-los a agir de forma submissa, insegura e amedrontada, ou até mesmo de forma revoltada, desafiadora ou inconsequente.

A partir dessas discussões acerca da diferenciação entre poder e autoritarismo nas relações familiares se torna possível relacionar esses conceitos com a visão que Aguiar (2014) constrói sobre a importância dos limites no contexto familiar. Ao considerar a presença desse elemento como fator crucial para o constante desenvolvimento da fronteira de contato e da capacidade de percepção da alteridade da criança em relação ao meio que a rodeia Aguiar (2014) conceitua o limite como:

[...] ‘aquilo que dá contorno’, que dá forma a algo, permitindo que este discrimine o meio. Ao encararmos assim o limite, vemos que ele é fundamental no desenvolvimento de todo o ser humano, pois permite que desenvolvamos uma noção clara de nós mesmos na relação com o mundo, o que demanda perceber até onde se pode ir e quando começam o espaço e direito do outro. (AGUIAR, 2014, p. 64).

Ao destacar esse argumento a autora citada acima ressalta a importância da existência de regras na educação e no convívio familiar e social da criança. Segundo a mesma, as regras são primeiramente uma exigência da realidade social e também são necessárias para que a criança não seja ameaçada pelos riscos e consequências de sempre fazer escolhas de acordo com seus desejos e motivações pessoais. Desse modo a presença de limites se torna importante e garante seu valor a partir do momento que fornece a criança uma primeira concepção do mundo, para que depois ela possa, a partir de seu potencial criativo, questioná-lo e modificá-lo.

Aguiar (2014) também pontua que os limites ajudam a criança a se situar e compreender sua posição dentro de um contexto (a família, a escola, a sociedade como um todo), ou seja, quando os pais compreendem a questão da importância da presença de limites ao se relacionarem com seus filhos eles proporcionam a estes um lugar de identidade e segurança, pois a partir dos limites nas relações familiares é possível que a criança se permita tomar decisões pertinentes a sua capacidade naquele momento ou que possa confiar nos adultos para que decidam quando tal situação não for possível de ser resolvida de forma independente. De certo modo, os limites propiciam à criança a percepção de quando as mesmas poderão, por exemplo, escolher com qual brinquedo deseja brincar, ou que em certos momentos precisam “chamar a minha mãe” quando se sente lesadas ou ameaçadas diante de uma situação.

Ao se tornar perceptível a importância dos limites nas relações familiares, Aguiar (2014) aponta para a necessidade de diferenciar o conceito de limites visto pelo enfoque gestáltico em relação ao peso sociocultural a qual essa palavra está relacionada:

[...] é preciso que nos desvinculemos da ideia de que limites são imposições arbitrárias feitas pelos adultos diante das crianças de formas vertical e autoritária. É verdade que tal tese se prolifera no senso comum, mas torna-se necessário diferenciá-la da concepção que aqui tentamos apresentar. (AGUIAR, 2014. p. 64)

Ainda falando sobre a questão dos limites nas relações familiares, é possível tecer conexões entre esse conceito e o de desenvolvimento da consciência intencional trabalhado por Pimentel (2005). Para esta autora o conceito de consciência intencional diz respeito ao processo de desenvolvimento infantil da capacidade de se perceber enquanto autor de suas ações, ou seja, ao processo da construção de sua subjetividade.

A evolução dessa consciência intencional pode ser percebida quando no início, o bebê realiza seus contatos com a realidade através das polaridades satisfação/insatisfação das suas necessidades mais vitais. Assim, conforme a criança cresce e começa a acessar de forma mais independente e intencional essa realidade, seja para pegar um brinquedo ou se

locomover para outro lugar, a mesma começa a se envolver emocionalmente e psicologicamente em suas conquistas e fracassos. A esse envolvimento intencional, e posteriormente ao desenvolvimento da consciência de seus atos mediante as suas vontades, assim como das consequências decorrentes destes damos o nome de consciência intencional. (PIMENTEL, 2005)

E em relação à presença de limites nesse processo pode-se afirmar que:

O desenvolvimento da consciência intencional contribuirá para que a criança comece a ajustar-se criativamente às normas sociais da sua cultura e microgrupo, respeitando as figuras de autoridade que também a respeitam como alguém cuja fala é importante e pode ser apropriada, observando limites e aprendendo uma ética que permeia a vida em sociedade. (PIMENTEL, 2005. p. 37).

Mediante essa argumentação, é possível constatar que a presença dos limites no contexto familiar pode ser considerada uma possibilidade de assegurar a presença de relações mais saudáveis entre pais e filhos, pois por serem vistas a partir de um viés relacional, se tornam perceptíveis suas repercussões tanto no crescimento da criança quanto no desenvolvimento dos pais ao assumirem a paternidade/maternidade. Pensar a presença dos limites como um fator de proteção para saúde da criança (evitando assim funcionamentos neuróticos e prejuízos a sua integridade, conforme explicitado na sessão anterior) é considerar também que os mesmos permitem a criança desenvolver ajustamentos criativos mais saudáveis e funcionais para que assim, as mesmas possam agir de modo mais autônomo e independente diante da realidade.

#### **4.2 A questão da autonomia**

Entender os limites como uma possibilidade que leva ao desenvolvimento da autonomia nas crianças é concordar com Perls, Goodman e Hefferline (1997. p. 23) ao afirmarem que “[...] ao tornar-se uma crítica da experiência, a criança forma uma personalidade individual”. Aguiar (2014) descreve esse termo como o processo de evolução da capacidade crítica da criança conforme a mesma se desenvolve e começa a fazer escolhas que mais combinam com suas necessidades e desejos, e que passa a identificar também sua condição de alteridade e singularidade diante da sua realidade circundante.

A Gestalt-terapia ao compreender homem como um ser em constante aprimoramento e transformação considera a partir das reflexões Perls, Goodman e Hefferline (1997), que o desenvolvimento da autonomia na criança pode ser percebido em consonância com os marcos tradicionais do desenvolvimento:

[...] à medida que o tempo passa, ele se torna mais e mais auto-suficiente, aprende a se comunicar, a engatinhar e andar, a morder e a mastigar, a aceitar e a rejeitar. Assim o desenvolvimento prossegue e a criança torna realidade algumas partes do seu potencial para a existência. (PERLS; GOODMAN; HEFFERLINE, 1997. p. 12)

Desse modo, percebemos que conforme a criança vai se desenvolvendo a mesma começa a agir ativamente sobre sua experiência vivida, ou seja, começa a avaliar e a opinar sob o que lhe é oferecido ou ordenado. Em termos práticos como aponta Aguiar (2014):

[...] com isso, começa a dizer ‘não’. Ela descobre que não tem que aceitar tudo que vem do mundo, ou melhor, que não *quer* aceitar tudo que vem do mundo, porque algumas coisas combinam com as necessidades dela ou com aquilo que ela quer no momento e outras não. (AGUIAR, 2014. p. 60)

Os pais, geralmente surpresos com as atitudes dos filhos tão pequenos tendem a repreendê-los ou ignorar esses “nãos”, pois acreditam que por serem adultos são mais capacitados para assegurar o que é melhor para seus filhos. Perls, Goodman e Hefferline (1997) explicitam essa questão ao pontuarem que os pais “[...] geralmente providenciam que a criança, para seu próprio bem (e com frequência para muito além do seu próprio bem), seja forçada a respeitar a vontade deles” (p. 22).

Tal atitude, quando feita de forma automática e sem levar em consideração o apelo da criança e a falta de consequências maléficas para a integridade da mesma tende a deixar a criança alienada de sua capacidade de ação no meio. O simples “não vai fazer, porque eu não quero” ou “porque não pode” dos pais tende a limitar as capacidades da criança de posteriormente agir de forma independente no meio. (AGUIAR, 2014).

Pensar nesse processo no qual a criança começa a discriminar o que lhe é oferecido pelos outros nos permite compreender como se dá o desenvolvimento da autonomia, da capacidade de escolha e das responsabilidades envolvidas nesse ato intencional de escolher. Aguiar (2014) distingue dois momentos dessa capacidade discriminativa a qual o primeiro nomeia de discriminação reativa, e o segundo de discriminação criativa.

Esse primeira fase discriminatória é marcada pela simples negação de tudo aquilo que vem de fora e que não é capaz de ser assimilado pela criança ou é incongruente com suas necessidades. É notável que nessa fase a criança diz “não” a tantas coisas que às vezes o adulto nem consegue completar a frase e a criança já pronuncia o “não”. Tal comportamento está ligado a essa necessidade emergencial de exercitar essa possibilidade de poder negar, e às vezes ser compreendida e aceita em relação a sua capacidade de fazer escolhas para si própria. Logo, a criança começa a não apenas negar, mas a dizer também “eu quero isso” ou “quero aquilo” e assim buscar sua autonomia sobre o que comer, o que vestir, com o que brincar, etc. (AGUIAR, 2014).

Perls, Goodman e Hefferline (1997) consideram que esse momento é de suma importância para o desenvolvimento da autonomia das crianças, pois é nesse período que a mesma deixa de apenas aceitar as introyeções (ou seja, normas preestabelecidas socialmente que não devem ser questionadas, e sim apenas obedecidas) e passa a agir de forma independente. O mesmo sinaliza a necessidade de apoiar esse momento:

[...] apoiar a tendência da criança a ir além da introyeção bem cedo não é consigná-la ao barbarismo; é respeitar um processo natural, auto-regulador de crescimento sadio. Se há algo de bárbaro nesse quadro, são as tentativas de pais e educadores ansioso ou prepotentes de interferir desnecessariamente na natureza. (PERLS; GOODMAN; HEFFERLINE, 1997. pp. 22-23).

A esse momento da vida infantil, faz-se necessário destacar novamente a noção de agressividade desenvolvida por Perls (2002) evidenciada nas palavras de Belmino (2014, p. 51) ao afirmar que a agressão “precisa ser compreendida como algo que faz parte do processo ativo do organismo em relação ao meio”. Através esse caráter ativo, enérgico e transformador da energia agressiva que podemos perceber os primeiros movimentos da criança com intuito de modificar sua realidade para que esta atenda da melhor forma suas necessidades emergentes.

Desse modo, conforme a criança começa a lidar com a sua capacidade de fazer escolhas, e por vezes as mesmas serem frustradas pelas ordens ou negação dos seus pedidos por parte dos adultos, a mesma começa a desenvolver outras alternativas para lidar com essa situação. Começa então a experimentar a possibilidade de negociar, transformar, de aproveitar algo que vem do mundo sem que precisem aceitar tal e qual isto se apresenta. A essa capacidade de discernimento e transformação damos o nome de discriminação criativa. (AGUIAR, 2014)

Pensando essa capacidade como um processo importante para sua autonomia cabe reiterar a importância da confirmação proveniente dos adultos que assistem a esse momento, pois é compreensível que as crianças em suas tentativas de agirem independentemente no mundo por vezes podem lidar com as frustrações, limites e sentimentos provenientes da responsabilidade que acompanham suas escolhas. (Ibid.)

Vale lembrar que apesar de se pensar o desenvolvimento da capacidade de discernimento da criança como algo processual, é possível perceber a coexistência das duas formas de discriminação. A presença desses dois mecanismos permitirá ao longo da vida que o indivíduo questione, transforme e faça suas escolhas de forma mais congruente com a suas necessidades. Aguiar (2014) ainda aponta sobre a importância desses processos para uma posterior entrada no mundo adulto:

Na adolescência, ter tais tipos de discriminação bem desenvolvidos é indispensável para superar sem grandes sequelas o grande desafio de circunscrever e redefinir uma identidade singular e entrar no mundo adulto. (AGUIAR, 2014. p. 62)

Desse modo, pensando na linearidade do processo de desenvolvimento em termos Gestálticos, podemos perceber que o desenvolvimento do indivíduo se dá pelo deslocamento gradual da utilização de um suporte ambiental (no caso da criança os outros adultos que dela cuidam) para satisfação de suas necessidades para um movimento pessoal e singular, no qual este indivíduo começa a pensar e agir frente à realidade por sua própria conta; ou seja, começa a fortalecer seu autossuporte. (Ibid.)

Perls (1977) considera o autossuporte ou auto-apoio como a polaridade para qual o processo de maturação está direcionado. Segundo ele a “[...] maturação é a transferência do apoio ambiental para o auto-apoio (p. 50)”. Em seu texto *Gestalt-terapia e potencialidades Humanas*, Perls (1975) retoma essa ideia ao afirmar que essa maturação torna o ser “[...] cada vez mais capaz de mobilizar espontaneamente seus próprios recursos, de forma a poder lidar com o meio ambiente (p. 24)”. De acordo com De Lucca (2015) o autossuporte está relacionado à capacidade de agir de forma autêntica perante a si mesmo e ao mundo, ou seja, é o desenvolvimento de sua autonomia e unicidade enquanto indivíduo.

Aguiar (2014) ainda em relação a esse conceito procura advertir que o fortalecimento desse autossuporte nada tem a ver com uma visão de homem individualista e autossuficiente: “Cabe ressaltar que autonomia não é sinônimo de autossuficiência; por isso, uma condição autônoma não é aquela que prescindir do outro, mas a que tem condições de avaliar e escolher quando e como esse outro é importante” (p. 56).

Diante de toda a argumentação tecida nessa seção é possível perceber certa relação entre os termos limites e autonomia por mais que a primeira vista os mesmos possam parecer contrários se vistos a partir do referencial comum de suas terminologias. Pensar esses dois termos a partir da literatura gestáltica é se deparar com a possibilidade de estabelecer relações familiares que sejam pautadas na presença de limites para com suas crianças, pensando sempre na saúde e integridade das mesmas, porém sem deixar de estimular e confirmar as necessidades e expressões da individualidade destes seres em desenvolvimento. (PIMENTEL, 2005; AGUIAR, 2014).

Portanto, de modo mais perceptível no cotidiano, os “nãos” que a criança ouve por toda sua infância, quando bem assimilados, tendem a lhe propiciar uma maior autonomia para que as mesmas digam essa mesma palavra quando sentirem que sua individualidade está sendo ameaçada. Desse modo percebe-se que o “não” que em algum momento põe limite é o

mesmo que lhes garantem a autonomia. Perls, Goodman e Hefferline (1977) fundamentam tal afirmação ao constatarem que “a personalidade sadia é moldada pelas próprias sequencias indissociáticas de sins e nãoos” (p. 23). E que a partir dessa possibilidade de fazer escolhas esse indivíduos podem construir uma visão mais crítica da realidade e se desenvolverem de forma mais autônoma. (Ibdem).

Diante dessa tendência a assimilação entre os conceitos de limites e autonomia construídos nessa argumentação cabe realizar uma consideração final que segundo Perls (1975) permeia toda a filosofia de Gestalt-terapia: a integração entre polaridades.

Segundo esse autor, é a tendência à diferenciação que leva a formação das polaridades, e sendo estas entendidas por uma perspectiva dualista que as mantêm separadas, as duas polaridades lutarão e se paralisarão na busca de que apenas uma alcance seu status de verdade. Desse modo Perls (1975) propõe que “[...] integrando os opostos tornamos a pessoas completa de novo (p. 26)”. Levando este conceito de integração para dimensão das relações familiares em especial para as questões relativas aos limites e autonomia, podemos perceber o que Resnick (1975, p. 300) pontua como o surgimento de “uma voz de cuidado e sabedoria, que funciona como padrão diretivo, levando em conta a integridade essencial do organismo”.

Portanto, a título de encerramento, cabe afirmarmos que é a partir dessa integração entre os conceitos de limites e autonomia que se refletem no cotidiano da dinâmica familiar através da construção de relações cada vez mais pautadas no cuidado e respeito à alteridade dos seus envolvidos, que será possível pensar no desenvolvimento de crianças, e também de uma sociedade mais autônoma e consciente das suas reais necessidades.

## 5 METODOLOGIA

Nesta seção buscaremos caracterizar o percurso metodológico deste trabalho científico. A partir do interesse pela temática em questão consideramos que todas as etapas que culminaram nessas articulações teórico-críticas expostas no decorrer deste trabalho foram possíveis a partir da realização de uma extensa pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, baseadas no método fenomenológico de pesquisa em psicologia.

De acordo com as concepções de Lakatos e Marconi (2009) a pesquisa bibliográfica de base científica pode ser considerada um procedimento formal, de cunho reflexivo realizada de modo sistemático, controlado e crítico que visa descobrir novos fatos, relações ou dados em uma determinada área do conhecimento.

Buscando caracterizar essa pesquisa podemos certificar que a mesma se aproxima do referencial qualitativo por apresentar as características enunciadas por Holanda (2006, p. 363) que descreve os métodos qualitativos como: “modelos diferenciados de abordagem empírica especificamente voltados para os chamados ‘fenômenos humanos’, ou seja, como métodos que fogem da tradicional conexão com aspectos empíricos tais como medição e controle”.

Pensando nessa perspectiva qualitativa, e na proposta desse trabalho ser baseado em uma literatura psicológica e psicoterápica de abordagem essencialmente humanista, podemos também considerar que a mesma busca estabelecer uma postura compreensiva diante da temática abordada. Pois como Reuchilin (1986 apud CALIL; ARRUDA, 2004 p. 98) apontam: “[...] a vida psíquica seria inexplicável em termos de causas e efeitos. Só nos é dado compreendê-la, observá-la e descrevê-la em termos de totalidades na experiência vivida”.

Mediante a caracterização da pesquisa realizada para a elaboração deste trabalho cabe ressaltar que se tornou coerente a escolha do método fenomenológico para nortear a pesquisa em questão, o qual orientou a atitude da pesquisadora mediante ao fenômeno pesquisado e os dados obtidos a partir do contato com o mesmo.

Forghieri (2003, p. 59) assinala que “a Fenomenologia surgiu no campo da filosofia como um método que possibilitasse chegar à essência do próprio conhecimento, apresentando a redução fenomenológica como o recurso para empreender esta tarefa”. Segundo Tourinho (2011) corrobora com a autora citada acima, pontuando que para que se consiga acessar esse conhecimento originário e essencial, torna-se necessário a partir das considerações de Husserl o exercício da *Epoché* por parte do pesquisador.

A *Epoché*, que pode ser traduzida como o exercício da “suspensão de juízo” viabilizaria o que Husserl considera como uma “colocação da atitude natural entre parênteses” (Husserl apud TOURINHO, 2011, p. 120). Ou seja, considerar esse exercício como uma possibilidade de suspensão da atitude natural do pesquisador, ou em outras palavras, da atitude ingênua de considerar a realidade a partir de sua facticidade e de todos os conhecimentos apreendidos previamente através do contato com diversas experiências, considerações científicas e dogmas socioculturais. (SOUSA, 2010; TOURINHO 2011).

Ao fazer a suspensão dos pré-julgamentos, o pesquisador poderá se concentrar no fenômeno de forma mais integral, e percebê-lo do modo como ele se apresenta essencialmente à consciência possibilitando assim uma ampliação nas possibilidades de reflexão e percepção sob todas as dimensões do mesmo (SOUSA, 2010). Após a realização da *Epoché*, cabe ao pesquisador a realizar a redução fenomenológica-psicológica do fenômeno em questão. Essa forma de redução implicaria em um duplo enfoque por parte do pesquisador como aponta Sousa (2010, p.52): “Não apenas se foca no objeto, tal como é dado à consciência, como também se analisa descritivamente a subjetividade do ato intencional, o que permite que o objeto apareça do modo como é dado no ato intencional”.

Sousa (2010) ao citar Husserl destaca a particularidade da redução fenomenológica-psicológica em relação à redução fenomenológica originária. Essa primeira modalidade institui que caberá ao investigador considerar que os objetos e as situações vivenciadas pelos sujeitos existiram na realidade como estes vivenciaram. Forghieri (2003) apresenta esse mesmo conceito de modo mais relacionado à pesquisa bibliográfica ao assinalar que:

Neste caso, o pesquisador parte dos enunciados do autor sobre determinada vivência, procura penetrar na vivência deste, para compreendê-los relaciona-os à sua própria vivência e à de outras pessoas, reflete sobre tudo isso e chega às próprias enunciações a respeito do assunto (FORGHIERI, 2003, p. 61).

Para a autora supracitada, o envolvimento existencial com a produção científica de vários autores costuma surgir de forma espontânea quando o pesquisador se depara com alguma consideração teórica que se lhe afeta de alguma forma e que pode vir a falar de uma realidade vivenciada por ele mesmo ou por pessoas próximas, ou então quando o pesquisador procura investigar propositalmente como as considerações teóricas desses autores podem ser confirmadas ou não em relação a uma dada vivência pertencente à sua existência. (Idem)

Para que essa pesquisa seja realizada de modo a se guiar pelo referencial fenomenológico Forghieri (2003) apresenta dois conceitos fundamentais para atitude do pesquisador ao se deparar com o fenômeno a ser estudado: a presença do envolvimento existencial e a necessidade do distanciamento reflexivo. A autora conceitua o envolvimento

existencial como a capacidade do pesquisador em suspender quaisquer conhecimentos científicos e atitudes intelectualizadas sobre aquele fenômeno para que seja possível que ele se perceba como parte essencial daquele processo, ou seja, nas palavras da autora é preciso “tentar abrir-se para essa vivência e nela penetrar de modo espontâneo e experiencial. [...] é necessário, portanto que procure ter com ela uma profunda sintonia (p. 60)”. Essa sintonia demarca também o caráter intencional das investigações em psicologia, pois como considera Sousa (2010):

A teoria da intencionalidade da Psicologia Fenomenológica implica uma visão não solipsista do sujeito, uma análise descritiva, que pressupõe sempre uma co-relação entre o sujeito e o objeto, e impõe um entendimento intersubjectivo dos seus objetivos e da validade dos seus processos de pesquisa (SOUSA, 2010, p. 69)

Após o pesquisador estar envolvido intencionalmente como seu objeto de pesquisa e ter obtido uma compreensão global e pré-reflexiva sobre a mesma, Forghieri (2003) considera necessário que o mesmo procure estabelecer certo distanciamento dessa vivência, para que assim possa refletir sobre sua compreensão acerca da mesma e considerar, também, o sentido que esta apresenta na sua existência. Pensando nesses dois posicionamentos propostos, a autora por fim adverte que os mesmos não precisam ser vistos paradoxalmente, pois no desenvolver da pesquisa ambas atitudes precisam estar sendo balanceadas diversas vezes até que o autor considere que chegou a uma verdadeira descrição fenomenológica daquele assunto em questão, portanto, o que de fato ocorre é o predomínio em determinados momentos de uma ou de outra postura por parte do pesquisador.

Por fim, como modo de tentar expor o processo metodológico desenvolvido nessa pesquisa, consideramos as indicações de Amatuzzi (2009) que enumera sete passos para a realização de uma pesquisa de cunho fenomenológico. De acordo com esse autor, o primeiro deles seria delimitar o objeto estudado, assim como seus objetivos e qual enfoque epistemológico embasará as considerações do pesquisador nesse processo. Em seguida inicia-se o encontro concreto com o fenômeno em questão, ou seja, no caso desse trabalho a busca por literaturas científicas com base na Gestalt-terapia que estivessem relacionadas com a temática em questão. O terceiro passo citado pelo autor supracitado seria a análise dos resultados da pesquisa, primeiramente obtendo uma visão global desta e em seguida, no próximo passo, fará a organização de todo o material a partir das possibilidades de conexões entre diversos conceitos e propostas oferecidas pelos autores.

Ainda seguindo a sequência proposta por de Amatuzzi (2009), no quinto passo, o pesquisador deverá se valer dessas conexões realizadas anteriormente para construir um texto que as exponha de forma descritiva, ou seja, expondo os resultados da pesquisa. Em seguida o

mesmo deverá interpretar esses resultados buscando elaborar possibilidade de compreensão do fenômeno em questão que vão além de das situações específicas colocadas nos objetivos iniciais da pesquisa, ou seja, mediante os resultados e a percepção do seu envolvimento existencial no processo o pesquisador poderá tecer conclusões sobre esse processo de pesquisa. E por fim, o autor encerra os passos anunciando a comunicação dos resultados como o último passo da pesquisa, evidenciando que esse momento permitirá tanto para o pesquisador como para o público interessado possibilidades de recriação da pesquisa e a interconexão entre experiências.

Portanto, a partir dessa discussão metodológica aqui exposta, podemos considerar que a utilização das etapas propostas por AmatuZZi (2009) acompanhadas das contribuições dos diversos autores supracitados permitem pensar na produção de um conhecimento intersubjetivo, ou seja, na produção de um conhecimento que alie a postura ativa e intencional do pesquisador com a objetividade do fenômeno estudado, para que assim se chegue a uma produção de conhecimentos generalizáveis e passíveis de atualizações (SOUSA, 2010). Cabe também ressaltar a importância da proposta metodológica apresentada pela fenomenologia como uma escolha que se adeque as necessidades da pesquisadora, norteando-a em todo processo de produção deste trabalho e como a esta escolha também se adequa particularidades que este tema em questão apresenta como a multiplicidade de constituições familiares e possibilidades de contato entre seus membros.

## 6 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Pensar em como palavras do uso cotidiano com sentidos culturalmente tão opostos podem se articular, como no caso em questão: os termos limites e autonomia, aparentemente pode ser considerada uma tarefa intangível; porém a partir de uma análise minuciosa sobre como o referencial da Gestalt-terapia pensa as mesmas de forma diferenciada pode nos propiciar a possibilidade de promover o desenvolvimento sadio das potencialidades humanas.

Entretanto, buscar compreender somente a relação entre esses dois conceitos é deixar de contemplar todas as faces desse fenômeno. Desse modo, tornou-se necessário analisar de modo mais amplo os alicerces do pensamento gestáltico buscando estabelecer conexões teóricas que apresentassem o modo como essa abordagem percebe o desenvolvimento das interações humanas, mais especificadamente o modo como as mesmas ocorrem no contexto familiar.

A partir dos conceitos de contato e fronteira de contato trazidos por Ginger e Ginger (1995) quando em consonância com a perspectiva do desenvolvimento humano pensado pela Gestalt-terapia a partir das considerações de Pimentel (2005) e Aguiar (2014) nos permitem perceber que o desenvolvimento infantil se dá através da estimulação de formas de contatar cada vez criativas e diversificadas por parte da criança para a satisfação de suas necessidades pessoais. Segundo Aguiar (2014) os pais como figuras muito presentes no campo vivencial dessa criança são partes importantes nesse processo de crescimento, pois podem estimulá-las ou até mesmo impedi-las de acessar novas formas de existirem enquanto indivíduos.

Como tentativa de compreender essas relações e os seus desdobramentos para a saúde e crescimento não só da criança e dos pais ao se inserirem no fenômeno da paternidade, mas sim de toda a dinâmica familiar na qual esses indivíduos estão inseridos recorreremos a Hycner (1995) e Hycner e Jacobs (1997) para analisar a partir de uma visão relacional como o contato entre pais e filhos pode ser tecido a partir de uma perspectiva que valorize e estimule a alteridade entre todas as partes.

Estes autores buscaram na teoria Dialógica de Martin Buber os elementos primordiais para nos orientar nessa compreensão, desse modo, se tornou necessário que nos aprofundássemos na literatura Buberiana a fim de compreender as possibilidades relacionais EU-TU e EU-ISSO assim como a necessidade humana de alterná-las de acordo com as necessidades vigentes.

As considerações teóricas de Buber (1974) quando analisadas por Hycner (1995), Hycner e Jacobs (1997) e Aguiar (2014) nos levam a compreender a questão da importância da “confirmação” para o processo de desenvolvimento infantil e das relações familiares. A confirmação se apresenta como a forma primordial de valorizar a alteridade da criança e também sua personalidade, sendo esta última fruto das interações que a criança tece com o ambiente e com aqueles que a rodeiam.

Em lares onde a confirmação não se faz presente podem surgir comportamentos adoecidos por parte das crianças que põem em desordem todo o sistema familiar e comumente resultam na busca por uma ajuda psicoterápica focada na criança. Aguiar (2014) ao perceber essa desordem no campo relacional familiar ilustra através exemplos, situações nas quais de modo geral, não é permitida a criança a expressão de suas potencialidades ou então a presença de relações em que os pais exercem uma postura tão permissível a ponto de atenderem todas as vontades e cederem a todos os questionamentos dos filhos.

O acúmulo de situações semelhantes ou até mesmo diferentes, mas que firam a alteridade dos envolvidos nessa dinâmica familiar resulta em condutas infantis inadequadas aos olhos dos pais e demais adultos que logo buscam ajuda para entender os motivos de tais comportamentos e tentarem adequar a criança a um modelo de conduta exigido socialmente, que por muitas vezes difere da sua capacidade de se ajustar de forma sadia a certa realidade. (IDEM)

Deslocando o olhar para autores clássicos da Gestalt-terapia que estejam relacionados a essa problemática encontramos em Perls (1977) com uma proposta que em uma primeira impressão poderia gerar espanto em muitos pais, mas que seria justamente essa que nos levaria na direção da compreensão da correlação entre limites e autonomia, a saber, o conceito de frustração habilidosa.

Compreendendo que o ato de frustrar os filhos em determinadas situações pode possibilitar aos mesmos encontrarem outros meios de satisfazer as suas necessidades ou de lidar com uma situação que lhe traga descontentamento permite que Perls (1977) nos apresente uma possibilidade de educar os filhos para que os mesmos desenvolvam a capacidade de hierarquizar suas necessidades e buscarem meios cada vez mais autônomos de acessar o ambiente. Perls, Goodman e Hefferline (1997) também contribuem neste momento ao apresentarem que ao ser frustrada na infância a criança começará a traçar estratégias para conviver de forma mais sadia com os “sins” e “nãos” que lhe são apresentados, primeiramente pelos pais e posteriormente pela vida e a sociedade em geral que irão nortear as possibilidades da sua existência.

Partindo desse referencial clássico da Gestalt-terapia e também das literaturas atuais acerca dessa temática conseguimos finalmente perceber como o conceito de frustração habilidosa se aproxima da dimensão dos limites e, a confirmação e o estabelecimento de relações de alteridade no contexto familiar se aproximam da dimensão da autonomia, palavras estas contidas com ênfase no título desse trabalho.

Pensando na inter-relação desses conceitos no contexto do desenvolvimento infantil com ênfase na esfera das relações familiares, Aguiar (2014) conceitua o limite como “aquilo que dá contorno” e que, portanto, muito nos remete a noção clássica de fronteira de contato desenhada por Ginger e Ginger (1995) e sobre a importância das relações baseadas na alteridade realçadas por Buber (1974); Hycner (1995) e Hycner e Jacobs (1997). Ajudando a assegurar a importância dos limites para o desenvolvimento infantil descobrimos nas considerações de Zinker (2001) a necessidade dos pais exercerem certa autoridade para com seus filhos, porém sem deixar que a mesma seja considerada um autoritarismo.

Por outro lado, e pelo fato da Gestalt-terapia buscar observar a condição humana a partir das relações estabelecidas, é importante ressaltar a figura da criança enquanto indivíduo nas relações familiares. Perls (2002) ao falar sobre a agressividade infantil, e em sua obra conjunta com Goodman e Hefferline (1997) ao dissertarem sobre como gradativamente a criança vai rejeitando certas imposições dos pais, nos permitem perceber como o limite dado pela criança também é importante para o desenvolvimento dela própria e para que seus pais percebam que a mesma deve ser respeitada em sua individualidade.

Desse modo, percebemos que a noção de limites nos permite compreender a importância primordial que a mesma possui para a construção da autonomia da criança em relação aos pais, mas, além disso, permite aos pais perceberem que os seus filhos já conseguem desempenhar algumas tarefas de forma independente, que não cabe mais a eles se responsabilizarem pela execução das mesmas. Assim, percebemos que os limites permitem a percepção da autonomia tanto por parte de criança em relação aos pais, mas também dos pais em relação a alguns cuidados que a criança não mais necessita.

A questão da autonomia aparece nas obras clássicas do referencial gestáltico a partir das considerações de Perls, Goodman e Hefferline (1997) sobre como a criança no processo de desenvolvimento da sua capacidade de discriminação, começa gradativamente a agir de forma crítica, ditando suas preferências ou mencionando quando algo não lhe convém; a esse processo os autores nomeiam como a formação de sua personalidade individual. Na literatura contemporânea Aguiar (2014) procura esmiuçar esse conceito de discriminação e a divide em duas fases no processo do desenvolvimento infantil: a discriminação reativa e discriminação

criativa, e afirma apesar de que no processo de desenvolvimento a criança caminhe em direção à discriminação criativa, é muito provável que em muitos momentos da vida, até mesmo na vida adulta, ambas as formas de discriminação coexistam de modo que permitam ao indivíduo realizarem suas escolhas de forma mais congruente com suas necessidades.

Visando todo esse percurso construído a partir da organização de diversas referências de base gestáltica e outras literaturas como as análises sócio-históricas de Ariès (1981) e Ponciano (2002) que nos ajudaram a compreender de forma contextualizada as possibilidades de construção para essa perspectiva teórica que contribuíram para edificar seu saber tanto no seu contexto de criação com os autores clássicos quanto durante todo o seu desenvolvimento até chegar às referências mais atuais que nos remete a proposta primordial dessa pesquisa. Inicialmente buscamos estabelecer relações entre os conceitos de limites e autonomia porém consideramos que após a construção dessa argumentação crítica percebemos que o seu potencial crítico se transforma, pois o tema por mais que tenha sido construído e contextualizado por décadas sempre se atualiza mediante a complexidade do seu objeto, ou seja, a complexidade das possibilidades de contato no âmbito familiar assim como a diversidade de desdobramentos destas no campo do desenvolvimento infantil.

Podemos pensar, que no contexto vivenciado por Perls e os demais fundadores dessa abordagem psicoterápica os temas que permeavam as situações conflituosas entre pais e filhos fossem outros. Para tanto, Zinker (2001) disserta que as divergências culturais entre pais e filhos sempre estão presentes devido o fato de cada um pertencer a uma geração diferente e por mais que os pais enquanto ainda eram filhos almejassem serem diferentes de seus pais, quando vêm a ocupar essa função os mesmos encontram desafios semelhantes para com seus filhos, ou seja, do mesmo modo pensamos o amadurecimento desse tema quando se articula a realidade vigente da nossa sociedade atual pós- virada do milênio.

Falar de limites hoje é falar de consumismo, do fenômeno da obesidade infantil, do mundo virtual, da violência entre jovens, da indústria cultural de massas, das novas tecnologias e das novas tendências e comportamentos que fazem parte do cotidiano de crianças e adolescentes na contemporaneidade. Essas mudanças que ultrapassam a velocidade das produções teóricas acerca dessa temática nos permitem pensar que o fenômeno das relações humanas no contexto familiar encontra-se em um terreno frágil e de incertezas. Pois por muitas vezes o que se percebe é que os pais não sabem como reagirem às demandas infantis que anseiam por se inserir nessa realidade hiperestimulante, e os filhos, por não possuírem um referencial bem estabelecido dos limites e do poder que os pais possuem no sistema familiar

(apresentados na visão dos autores aqui discutidos), por vezes acabam em sua incapacidade infantil de lidar com tantas demandas agindo de modo adoecido perante a essa realidade.

Os desdobramentos dessa fragilidade e da perda da importância que esses referenciais possuem na vida familiar nos levam a relacionar o aumento das taxas de diagnósticos psicopatológicos e do uso psicofármacos receitados para crianças como tentativas de esclarecer e solucionar esses comportamentos infantis considerados desagradáveis, preocupantes e assustadores aos olhos dos adultos.

Por fim, encerramos essa discussão crítica acerca da importância primordial da presença dos limites e da autonomia nas relações familiares a partir da visão de Zinker (2001) que considera que ao analisarmos a família humana a partir do referencial da Gestalt-terapia devemos adotar a postura de compreender de modo sistêmico que todos os membros de uma família agem conjuntamente para organizar ou desorganizar a dinâmica familiar vigente, e que de em nada contribui para a solução dessa problemática condenar um único responsável por determinado problema ou comportamento específico.

Portanto, a partir do referencial que se baseia esta pesquisa podemos considerar não se tratar de pensar modelos ideais e perfeitos de criação dos filhos nos quais os pais devam se espelhar, pois o que de modo geral observamos é que os pais, a sua maneira, buscam sempre se mover numa amplitude média entre proteção e liberdade para com seus filhos, porém por mais que por vezes deslizem, sempre agem visando no fim acertar e criar seus descendentes de modo saudável e pertinente com as visões socioculturais vigentes para o seu tempo.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a construção teórica realizada entre os autores que compõem essa análise crítica sobre os resultados desta pesquisa, buscamos nesta última seção retornar e evidenciar as conclusões direcionadas aos objetivos traçados no início desse trabalho. Em nosso empenho inicial buscávamos analisar a possibilidade de articulações entre o conceito de limites e autonomia nas relações familiares a partir da perspectiva gestáltica; de modo mais específico desejávamos investigar a visão dos teóricos clássicos e contemporâneos da Gestalt-terapia acerca dos conceitos de frustração e confirmação no que se referem as suas significações no âmbito das relações familiares assim como, de que maneira os conceitos gestálticos de contato, fronteira de contato e campo constituem e/ou influenciam o desenvolvimento infantil a partir das relações familiares; e por fim relacionar o desenvolvimento da criança aos conceitos de limites e autonomia a partir do modo como os mesmos aparecem no contexto familiar.

Consideramos o alcance desses objetivos a partir do momento que nos torna visível à articulação entre a presença de limites nas relações familiares como mecanismo propulsor para o desenvolvimento das potencialidades, da alteridade e por fim da autonomia da criança no seu movimento de contatar a realidade e quando percebemos também o caráter relacional que permeia toda essa temática, pois buscamos demonstrar a importância destes dois conceitos supracitados tanto para a constituição de personalidade das crianças como para identidade paterna/ materna dos adultos que assumem seus cuidados.

Pela escolha do referencial gestáltico, e buscando preservar a sua característica epistemológica primordial, a saber, o holismo, percebemos a necessidade de investigar diversos conceitos que circundam e se interconectam para que tal articulação fosse possível. Desse modo nossa busca nos permitiu explorar conceitos que extrapolavam nossa intenção inicial como o de agressão proposto por Perls (2002), a discriminação reativa e criativa conceituadas por Aguiar (2014), a proposta dialógica de Martin Buber (1974), o panorama histórico de Ariès (1981) entre vários outros. Entrar em contato com essas diversas referências pode ser considerado um grande ganho para que este trabalho de fato conseguisse atingir sua abrangência e assertividade presente nessa escrita.

Dissertar sobre essa temática através do embasamento teórico proposto pela Gestalt-terapia e buscando preservar a atitude fenomenológica proposta pelo referencial metodológico adotado, nos permite concluir a partir das considerações de Zinker (2001) e Aguiar (2014) que analisar as relações familiares, não se traduz em uma busca por culpados pela ocorrência de

uma determinada situação conflituosa ou de adoecimento, pois, ao compreendermos essa situação por meio do viés relacional entendemos que, na família humana todos os membros agem conjuntamente para organizar ou desorganizar suas vidas de modo que essas ações vêm a refletir nas suas percepções de saúde e bem-estar ou de adoecimento e sofrimento.

Desse modo, analisando as diversas articulações conceituais que nos permitem pensar na importância dos limites da autonomia nas relações familiares, torna-se imprescindível ressaltar a busca pelo equilíbrio, característica essa que permeia todo o referencial gestáltico, e que se faz presente também na conexão entre esses dois eixos temáticos como condição necessária para o desenvolvimento sadio das relações familiares. Visto que podemos afirmar, a partir das considerações de Aguiar (2014), que tanto o excesso de limites pode ser um fator que dificulta o desenvolvimento da autonomia no desenvolvimento infantil, como seu inverso também pode ser preocupante, por contribuir para o desenvolvimento de crianças inseguras e com uma noção equivocada da realidade, das pessoas e até mesmo inconvenientes ao ponto de não perceberem os direitos e deveres permeiam a vida em sociedade.

Por fim e considerando a explanação apresentada por toda essa construção teórico-conceitual; podemos compreender que este é um tema que se atualiza mediante as transformações sócio-culturais, porém sem nunca perder sua prevalência e necessidade de debate e mais produções científicas; lançamos como proposta posterior a este trabalho aqui apresentado a investigação prática dessa temática a partir do contato direto com as figuras que o protagonizam. Levar a campo essa necessidade de esclarecer e investigar a realidade da importância dos limites e da autonomia para as relações familiares é considerar a aplicação prática e social do Gestalt-terapia proposta por Perls (1977,1997) que explicita que essa abordagem não se propõe somente a cuidar do adoecimento humano, mais sim em impulsionar suas potencialidades e lhe apresentar um caminho que aponte para um melhor equilíbrio e harmonia entre o homem e sua realidade.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Luciana. **Gestalt-terapia com crianças: teoria e prática**. São Paulo: Summus, 2014.

AMATUZZI, Mauro Martins. Psicologia Fenomenológica: uma aproximação teórica humanista. In: **Estudos em Psicologia**, Campinas, jan/mar. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103166X2009000100010&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103166X2009000100010&script=sci_abstract&tlng=pt)> . Acesso em: 12 jun, 2107.

ANTHONY, Sheila Maria da Rocha. A criança com transtornos de ansiedade: seus ajustamentos criativos defensivos. In: **Revista da abordagem gestáltica**. v. 15, n. 1, p. 55-61, 2009. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S180968672009000100009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180968672009000100009&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 12 fev. 2017.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981

BELMINO, Marcus Cézar. **Fritz Perls e Paul Goodman: duas faces da Gestalt-terapia**. Fortaleza: Premmius, 2014.

BORSA, Juliane Callegaro; NUNES, Maria Lucia Tiellet. Aspectos psicossociais da parentalidade: o papel de homens e mulheres na família nuclear. In: **Psicologia argumentativa**. Curitiba, v 29, n. 64, p.31-39, jan./mar. 2011. Disponível em: <[www2.pucpr.br/reol/index.php/PA?dd1=4524&dd99=pdf](http://www2.pucpr.br/reol/index.php/PA?dd1=4524&dd99=pdf)>. Acesso em: 04 fev. 2017.

BUBER, Martin. **Eu e tu**. São Paulo: Moraes, 1974.

CALIL, R. C. C. ; ARRUDA, Sérgio Luiz Saboya . Discussão da pesquisa qualitativa com ênfase no método clínico. In: Sonia Grubits; Jose Angel Vera Noriega. (Org.). **Método qualitativo: epistemologia, complementaridades e campos de aplicação**. São Paulo: Vetor, 2004.

CALIL, R. C. C. ; ARRUDA, Sérgio Luiz Saboya . Reflexões sobre o método qualitativo em ciências humanas. In:\_\_\_\_\_ Sonia Grubits; José Angel Vera Noriega. (Org.). **Reflexões sobre o método qualitativo em ciências humanas**. São Paulo : Vetor, 2004.

COSTA, Virginia Elizabeth Suassuana Martins. Fenomenologia do cuidado. In: **Revista da abordagem gestáltica**. Goiânia, V XII, pp. 67-73, 2006.

DE LUCCA, Fernando. **A estrutura da transformação: teoria vivência e atitude em gestalt-terapia à luz da sabedoria orgânica**. São Paulo: Summus, 2015.

FARIA, Nilton. Subjetividade e práticas psicológicas em saúde. In:\_\_\_\_ NUCCI, Nely; FARIA, Nilton. **Psicologia e Saúde: reflexões humanistas**. São Paulo: Alínea, 2014. pp. 73-94.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FORGHIERI, Yolanda Cintrão. **Psicologia Fenomenológica: fundamentos, método e pesquisas**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

GINGER, Serge; GINGER Anne. **Gestalt: uma terapia do contato**. São Paulo: Summus, 1995.

HOLANDA, Adriano. Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. In:\_\_\_\_ **Análise Psicológica**. v.24, n.3, jul. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S087082312006000300010](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087082312006000300010)>. Acesso em: 11 jun. 2017.

HYCNER, Richard. **De pessoa a pessoa: psicoterapia dialógica**. São Paulo: Summus, 1995.

HYCNER, Richard; JACOBS, Lynne. **Relação e cura em Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 2009.

PERLS, Frederick S. Gestalt-terapia e potencialidades humanas. In:\_\_\_\_ STEVENS, John O. (org). **Isto é gestalt**. 2 ed. São Paulo: Summus, 1975. p. 19-27

PERLS, Frederick S. **Gestalt Terapia explicada**. São Paulo: Summus, 1977.

PERLS, Frederick. **Ego, fome e agressão: uma revisão da teoria e do método de Freud**. São Paulo: Summus, 2002.

PERLS, Frederick; HEFFERLINE, Ralph; GOODMAN, Paul. **Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 1997.

PIMENTEL, Adelma. **Nutrição Psicológica: desenvolvimento emocional infantil**. São Paulo: Summus, 2005.

PONCIANO, Edna Lúcia Tinoco. Família nuclear e terapia de família: conexões entre duas histórias. In: **Estudos e pesquisas em psicologia**. Rio de Janeiro, v. 2, n 2, 2002. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/7757/5605>>. Acesso em: 04 de fev. 2017.

RESNICK, Stella. Gestalt-terapia como prática meditativa. In: \_\_\_\_\_ STEVENS, John O. (org). **Isto é gestalt**. 2 ed. São Paulo: Summus, 1975.

RIBEIRO, Jorge Ponciano. **O ciclo do contato**: temas básicos na abordagem gestáltica. São Paulo: Summus, 2007.

SOUSA, Daniel. Psicologia fenomenológica. In: **Método fenomenológico de investigação em psicologia**. Lisboa: Fim do século, 2010.

TOURINHO, Carlos Diógenes C. A filosofia como ciência rigorosa, a crítica ao psicologismo e a auto-reflexão da consciência transcendental. In: **Cadernos da EMRF, Fenomenologia e Direito**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2. p.119 – 132, out.2010/mar.2011.

YONTEF, G. M. **Processo, diálogo e awareness**: ensaios em Gestalt-terapia. São Paulo: Summus, 1998.

ZINKER, Joseph. **A busca da elegância em psicoterapia**: uma abordagem gestáltica com casais, famílias e sistemas íntimos. São Paulo: Summus, 2001.